



# Demonstrações Contábeis Consolidadas - IFRS

Dezembro de 2016

## ÍNDICE GERAL

	Página
Relatório do Auditor Independente	02
Demonstrativos Contábeis	09
Notas Explicativas da Administração	15

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Aos Administradores e Acionista da  
**Caixa Econômica Federal - CAIXA**  
Brasília-DF

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Econômica Federal - CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

### Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota nº20 às demonstrações contábeis consolidadas, a CAIXA é patrocinadora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa, é feita por empresa de consultoria especializada, contratada pelo fundo de pensão. Em 30 de novembro de 2016, o investimento no Florestal Fundo de Investimentos Participações (“FIP Florestal”), que detém participação na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado”), encontrava-se registrado no balanço do fundo de pensão por R\$ 1,6 bilhões, advindo do laudo de avaliação econômico-financeira elaborado no exercício de 2015. O laudo de avaliação econômico-financeira da empresa Eldorado, de 31 de dezembro de 2016, ainda não foi concluído. Dessa forma, não foi possível mensurar e concluir sobre os impactos do investimento do fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA, e conseqüentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação a CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfases

### Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 4(c) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.002 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 12.167 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.259 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 19.094 milhões, em 31 de dezembro de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.094 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos divulgados no mercado. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 1(a), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, e em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 13 de janeiro de 2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente da CAIXA na operação conhecida como “Cui Bono?”, a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como as operações “A Origem” e “Cui Bono?” ainda encontram-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 2.20 às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em decorrência das retificações de erro e das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no IAS 08 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### **1. Ambiente de tecnologia**

As operações da CAIXA, considerando a sua natureza, são altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria.

A Administração da CAIXA considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças nas aplicações e concessão de acesso a usuários. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

### **2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os empréstimos e recebíveis**

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conforme divulgado na nota explicativa 4(b), em 31 de dezembro de 2016 o saldo bruto de empréstimos e recebíveis com clientes é de R\$ 717.544 milhões, para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 22.323 milhões, sendo que durante o exercício de 2016 foram reconhecidas despesas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 11.307 milhões.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo dos empréstimos e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para os empréstimos e recebíveis concedidos, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; entre outros.

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração para o provisionamento, bem como a realização de testes dos controles internos relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de empréstimos e recebíveis considerando os níveis de alçadas estabelecidas pelas políticas internas da CAIXA; (iii) a atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) a análise da suficiência de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; e (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de empréstimos e recebíveis, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, envio de cartas de confirmação de saldo diretamente aos tomadores de crédito selecionados, além de confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

### **3. Crédito tributário**

Em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA possui R\$ 28.425 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.992 milhões. A análise da realização deste ativo fiscal diferido é significativa para nosso processo de auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis consolidadas e, também, pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado e a realização desses créditos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de nossos especialistas para: (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos; e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa 13.

### **4. Avaliação de ativos dos planos de benefícios a empregados**

A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa, foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, em função do grau de complexidade envolvido no processo de precificação, que é baseado substancialmente na utilização de premissas, estimativas e julgamentos definidos pelo fundo de pensão responsável pela gestão dos planos. Portanto, existe certo grau de incerteza na mensuração do valor justo dos ativos dos planos, em decorrência das premissas e estimativas utilizadas na precificação desses ativos.

Conforme descrito na nota explicativa 20, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R\$ 22.816 milhões.

Nossa abordagem incluiu, dentre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na precificação dos ativos dos planos que não possuem cotação em bolsa. Efetuamos também, teste de recálculo do valor de mercado dos principais ativos que compõe o valor justo dos ativos dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

## 5. Avaliação da obrigação atuarial dos planos de benefícios a empregados

Para fins de avaliação da obrigação atuarial dos planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido, são consideradas pela Administração da CAIXA premissas e estimativas complexas e subjetivas, tais como taxas de longo prazo, expectativa de vida dos beneficiários e condições de mercado, entre outras. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Conforme descrito na nota explicativa 20, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R\$ 22.816 milhões. Considerando o grau de julgamento envolvido e saldos, consideramos esse assunto um dos principais assuntos de auditoria.

Nossa abordagem incluiu, dentre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração do passivo atuarial, bem como no recálculo da obrigação atuarial. Efetuamos também (i) teste de validação das bases de dados para a amostra de itens selecionada; e (ii) recálculo do valor justo dos principais ativos da carteira dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria da CAIXA e suas controladas.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

## Relatório do Auditor Independente

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2017

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 034.519/O-6

Flávio Serpejante Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6

**Balço Patrimonial Consolidado em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015 (Nota 2.20)</b>
<b>Disponibilidades e reservas no Banco Central (Nota 3)</b>	<b>130.441.998</b>	<b>117.646.990</b>
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)</b>	<b>109.225.218</b>	<b>102.621.431</b>
Ativos financeiros mantidos para negociaço	108.346.403	98.480.310
Derivativos	878.815	4.141.121
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8 (a))</b>	<b>23.187.687</b>	<b>15.488.532</b>
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Nota 8 (b))</b>	<b>49.491.594</b>	<b>64.212.206</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>896.561.260</b>	<b>854.459.805</b>
Com instituições financeiras (Nota 4 (a))	173.228.466	167.730.343
Com clientes (Nota 4 (b))	695.221.004	660.567.434
Outros empréstimos e recebíveis (Nota 4 (c))	28.111.790	26.162.028
<b>Ativos não correntes mantidos para venda (Nota 9)</b>	<b>5.077.316</b>	<b>2.520.608</b>
<b>Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (Nota 10)</b>	<b>4.968.774</b>	<b>4.848.388</b>
<b>Ativo Imobilizado (Nota 11)</b>	<b>3.419.634</b>	<b>3.864.762</b>
<b>Ativo Intangível (Nota 12)</b>	<b>3.484.859</b>	<b>3.247.540</b>
<b>Ativo fiscal diferido (Nota 13)</b>	<b>27.597.648</b>	<b>27.481.452</b>
<b>Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos (Nota 14)</b>	<b>2.263.920</b>	<b>4.311.451</b>
<b>Outros ativos (Nota 15)</b>	<b>10.525.369</b>	<b>9.672.867</b>
<b>T O T A L</b>	<b>1.266.245.277</b>	<b>1.210.376.032</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**Balço Patrimonial Consolidado em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015 (Nota 2.20)</b>
<b>Depósitos</b>	<b>512.190.511</b>	<b>455.659.442</b>
Depósitos de instituições financeiras (Nota 16 (a))	630.551	2.463.247
Depósitos de clientes (Nota 16 (b))	511.559.960	453.196.195
<b>Recursos para destinação específica (Nota 17)</b>	<b>29.333.669</b>	<b>27.811.002</b>
<b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>1.072.811</b>	<b>157.782</b>
<b>Empréstimos de títulos e obrigações compromissadas (Nota 5)</b>	<b>159.427.997</b>	<b>194.261.221</b>
<b>Instrumentos de dívida (Nota 18)</b>	<b>154.554.663</b>	<b>170.759.474</b>
<b>Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)</b>	<b>244.446.167</b>	<b>222.078.908</b>
<b>Provisões</b>	<b>33.558.829</b>	<b>25.823.589</b>
Provisões para fundos de pensão e obrigações similares (Nota 20)	25.841.852	18.765.215
Provisões para causas judiciais (Nota 21)	7.716.977	7.058.374
<b>Passivo fiscal diferido (Nota 22)</b>	<b>339.542</b>	<b>423.880</b>
<b>Dívidas subordinadas elegíveis a capital (Nota 18)</b>	<b>28.541.405</b>	<b>24.118.920</b>
<b>Outras obrigações (Nota 23)</b>	<b>41.030.899</b>	<b>31.392.076</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.204.496.493</b>	<b>1.152.486.294</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social (Nota 24 (a))	24.837.171	22.054.802
IHCD - elegível a capital (Nota 24 (b))	36.453.645	36.086.566
Reservas (Nota 24 (d))	9.595.238	9.699.442
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 24 (f))	(7.111.036)	(5.107.599)
Prejuízos Acumulados	(2.026.234)	(4.843.473)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>61.748.784</b>	<b>57.889.738</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.266.245.277</b>	<b>1.210.376.032</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**Demonstração Consolidada do Resultado em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2016	2015 (Nota 2.20)
Receita com juros e similares (Nota 25)	156.716.948	138.906.544
Despesas com juros e similares (Nota 26)	(101.400.023)	(100.508.147)
<b>RECEITA LÍQUIDA COM JUROS</b>	<b>55.316.925</b>	<b>38.398.397</b>
Receita líquida com taxas e comissões (Nota 27)	21.050.522	19.742.270
Ganhos/perdas com negociação de ativos e passivos financeiros (líquidos) (Nota 28 (a))	(2.956.999)	(5.018.292)
Ganhos/perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros (líquidos) (Nota 28 (b))	(3.484.267)	6.638.194
Ganhos/perdas com operações de câmbio (líquidos) (Nota 29)	(1.225.286)	2.691.086
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	496.206	1.040.829
Receita de Dividendos	117.852	90.287
Outras receitas operacionais (Nota 30)	4.953.151	4.825.484
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>74.268.104</b>	<b>68.408.255</b>
Despesas administrativas	(33.247.515)	(31.286.039)
Despesas com pessoal (Nota 31)	(21.047.978)	(19.757.035)
Depreciação ativo imobilizado	(962.738)	(933.564)
Amortização ativo intangível	(838.194)	(716.686)
Outras despesas administrativas (Nota 32)	(10.398.605)	(9.878.754)
Despesas com provisões para causas judiciais (líquidas)	(1.243.633)	(2.016.686)
Perdas com ativos financeiros (líquidas) (Nota 33)	(14.026.786)	(16.031.278)
Empréstimos e recebíveis	(13.718.640)	(15.802.723)
Outros ativos financeiros não remunerados ao custo amortizado	(308.146)	(228.555)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(34.691)	(2.480)
Despesas tributárias (Nota 35 (c))	(3.726.482)	(3.474.785)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(227.369)	(217.362)
Participação dos empregados no lucro	(1.174.730)	(1.272.015)
Outras despesas operacionais (Nota 34)	(11.764.658)	(12.356.891)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>8.822.240</b>	<b>1.750.719</b>
Tributos correntes (Nota 35)	(740.053)	(206.851)
Tributos diferidos (Nota 35)	(1.016.128)	6.277.164
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.066.059</b>	<b>7.821.032</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	2016	2015 (Nota 2.20)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.066.059</b>	<b>7.821.032</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE:</b>	<b>(2.003.436)</b>	<b>(1.994.073)</b>
<b>Ganhos (perdas) realizados no resultado - líquido de efeitos tributários</b>	<b>(6.979)</b>	<b>(8.636)</b>
Ganhos (perdas) realizados no resultado	(12.689)	(15.702)
Efeitos tributários	5.710	7.066
<b>Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda - líquido de efeitos tributários</b>	<b>961.269</b>	<b>(333.918)</b>
Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda	1.747.762	(867.482)
Efeitos tributários	(786.493)	533.564
<b>Participação no resultado abrangente de Benefícios a empregados</b>	<b>(3.157.095)</b>	<b>(1.539.004)</b>
<b>Participação no resultado abrangente de empresas coligadas</b>	<b>199.369</b>	<b>(112.515)</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.062.623</b>	<b>5.826.959</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	Instrumento Elegível a Capital Principal	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos	Total
<b>SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 2.20)</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>7.271.371</b>	<b>(3.113.693)</b>	<b>(5.015.565)</b>	<b>57.064.873</b>
Lucro líquido ajustado do exercício (Nota 2.20)					7.821.032	7.821.032
Outras Receitas/Despesas componentes do Resultado Abrangente				(1.994.073)		(1.994.073)
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE AJUSTADO DO EXERCÍCIO (Nota 2.20)</b>				<b>(1.994.073)</b>	<b>7.821.032</b>	<b>5.826.959</b>
REMUNERAÇÃO SOBRE IHCD INCORPORADA A O PRINCIPAL		218.608	(218.608)			
REVERSÃO DA REMUNERAÇÃO SOBRE IHCD A INCORPORAR A O PRINCIPAL			(179.499)			(179.499)
AJUSTES DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS					4.024	4.024
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS			(1.043.353)			(1.043.353)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)	167		
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			292.083		(292.083)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)			622.716		(622.716)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)			2.524.747		(2.524.747)	
Remuneração sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital a pagar					(1.369.113)	(1.369.113)
Remuneração sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital a incorporar			430.152		(430.152)	
Juros propostos sobre Capital Próprio					(1.757.678)	(1.757.678)
Dividendos propostos					(656.475)	(656.475)
<b>Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas</b>		<b>218.608</b>	<b>2.428.071</b>	<b>167</b>	<b>(7.648.940)</b>	<b>(5.002.094)</b>
<b>SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 2.20)</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>9.699.442</b>	<b>(5.107.599)</b>	<b>(4.843.473)</b>	<b>57.889.738</b>
Lucro líquido do exercício					7.066.059	7.066.059
Outras Receitas/Despesas componentes do Resultado Abrangente				(2.003.437)		(2.003.437)
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>				<b>(2.003.437)</b>	<b>7.066.059</b>	<b>5.062.622</b>
REMUNERAÇÃO SOBRE IHCD INCORPORADA A O PRINCIPAL		367.079	(367.079)			
REVERSÃO DA REMUNERAÇÃO SOBRE IHCD A INCORPORAR A O PRINCIPAL			(63.073)			(63.073)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369		(2.782.369)			
AJUSTES DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS					(6.484)	(6.484)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS			(55.296)			(55.296)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS						
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			185.119		(185.119)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)			511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)			1.946.781		(1.946.781)	
Remuneração sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital a pagar					(460.234)	(460.234)
Remuneração sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital a incorporar			520.528		(520.528)	
Juros propostos sobre Capital Próprio					(681.562)	(681.562)
Dividendos propostos						
<b>Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas</b>	<b>2.782.369</b>	<b>367.079</b>	<b>(104.204)</b>		<b>(4.248.820)</b>	<b>(1.203.576)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>24.837.171</b>	<b>36.453.645</b>	<b>9.595.238</b>	<b>(7.111.036)</b>	<b>(2.026.234)</b>	<b>61.748.784</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2016	2015 (Nota 2.20)
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>31.325.782</b>	<b>29.092.693</b>
Lucro Líquido	7.066.059	7.821.032
Ajustes ao Lucro Líquido:	24.259.723	21.271.661
Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros	3.484.267	6.638.194
Ganhos na venda de imobilizado	(10.826)	(4.193)
Ganhos na venda de ativos não correntes mantidos para venda	1.723	(57.506)
Perdas com ativos financeiros	14.026.786	16.031.278
Depreciação e amortização	1.800.930	1.650.250
Despesas com provisões para causas judiciais	1.243.633	2.016.686
Provisões benefícios a empregados	2.266.951	1.700.218
Outras provisões de ativos	34.691	2.480
Tributos diferidos	1.016.128	(6.277.164)
Ganhos e perdas de equivalência patrimonial	(496.206)	(1.040.829)
Perda com Investimentos	375.820	277.197
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	515.826	305.629
Despesas com atualização monetária de dividendos complementares pagos		29.421
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>(35.624.801)</b>	<b>19.300.047</b>
(Aumento)/Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(10.088.054)	(6.656.051)
(Aumento)/Redução nas reservas no Banco Central	(13.542.226)	(12.771.418)
(Aumento)/Redução nos direitos junto a participantes do sistema de liquidação	225	63.383
(Aumento)/Redução em empréstimos e recebíveis	(57.441.634)	(90.481.807)
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	2.047.531	(1.008.150)
(Aumento)/Redução em ativos não correntes mantidos para venda	(2.558.431)	(986.098)
(Aumento)/Redução em ativo fiscal diferido	(1.138.808)	(1.667.641)
(Aumento)/Redução em outros ativos	(887.193)	(1.613.485)
Aumento/(Redução) em depósitos	56.531.069	35.690.831
Aumento/(Redução) em recursos para destinação específica	1.522.667	4.014.755
Aumento/(Redução) em Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	915.029	104.049
Aumento/(Redução) em Instrumentos de dívida	(12.298.153)	34.964.455
Aumento/(Redução) em empréstimos de títulos e obrigações compromissadas	(34.833.224)	21.491.337
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	22.367.259	39.197.271
Aumento/(Redução) em provisões	4.224.656	2.075.841
Aumento/(Redução) em passivo fiscal diferido	(84.338)	49.016
Aumento/(Redução) em outras obrigações	9.638.824	(3.166.241)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(4.299.019)</b>	<b>48.392.740</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(9.702.592)	(1.073.328)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	14.720.612	(14.924.092)
Alienação de ativos imobilizados	18.447	25.077
Aquisição de ativos imobilizados	(525.230)	(1.065.168)
Baixa do Intangível	48.760	58.164
Aquisição de ativos intangíveis	(1.124.272)	(875.944)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>3.435.725</b>	<b>(17.855.291)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos complementares dos exercícios anteriores	(55.296)	(1.072.774)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(681.562)	(2.414.153)
Remuneração IHCD	(460.234)	(1.369.113)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(1.197.092)</b>	<b>(4.856.040)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(2.060.386)</b>	<b>25.681.409</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA</b>		
Caixa e Equivalentes no início do exercício	152.897.521	127.216.112
Caixa e Equivalentes no fim do exercício	150.837.135	152.897.521
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.060.386)</b>	<b>25.681.409</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional.....	16
Nota 2 – Principais práticas contábeis .....	17
Nota 3 – Disponibilidades e reservas no Banco Central.....	38
Nota 4 – Empréstimos e recebíveis .....	38
Nota 5 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas .....	40
Nota 6 – Instrumentos financeiros derivativos .....	40
Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado .....	43
Nota 8 – Investimentos financeiros – Títulos e valores mobiliários .....	44
Nota 9 – Ativos não correntes mantidos para venda .....	45
Nota 10 – Participações em controladas e coligadas .....	45
Nota 11 – Imobilizado de uso .....	47
Nota 12 – Intangível .....	48
Nota 13 – Ativo fiscal diferido .....	49
Nota 14 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos .....	50
Nota 15 – Outros ativos.....	50
Nota 16 – Depósitos .....	51
Nota 17 – Recursos para destinação específica.....	52
Nota 18 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas .....	52
Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses .....	53
Nota 20 – Benefícios a empregados .....	54
Nota 21 – Provisões para causas judiciais.....	71
Nota 22 – Passivo fiscal diferido .....	75
Nota 23 – Outras obrigações.....	76
Nota 24 – Patrimônio líquido .....	77
Nota 25 – Receitas com juros e similares .....	79
Nota 26 – Despesas com juros e similares .....	79
Nota 27 – Receita líquida com taxas e comissões .....	79
Nota 28 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros .....	81
Nota 29 – Ganhos e perdas com operações de câmbio.....	82
Nota 30 – Outras receitas operacionais .....	82
Nota 31 – Despesas com pessoal.....	82
Nota 32 – Outras despesas administrativas.....	83
Nota 33 – Perdas com ativos financeiros.....	83
Nota 34 – Outras despesas operacionais .....	85
Nota 35 – Impostos .....	86
Nota 36 – Gestão de riscos .....	87
Nota 37 – Análise de vencimento de ativos e passivos .....	106
Nota 38 – Partes relacionadas .....	116
Nota 39 – Outras informações .....	118
Nota 40 – Eventos subsequentes .....	119

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 1 – Contexto operacional**

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR e CAIXA Seguridade.

As demonstrações contábeis consolidadas em IFRS da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 09/08/2017 e pelo Conselho de Administração em 10/08/2017.

**(a) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos**

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10/04/2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores. Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS de 31/12/2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”. Apesar disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 13/01/2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente na operação conhecida como “*Cui Bono?*”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados e administradores. Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS de 31/12/2016, a CAIXA não identificou a participação de seus atuais administradores e empregados em nenhuma atividade irregular ligada às operações listadas na Operação “*Cui Bono?*”. Nesta linha, a CAIXA adotou providências a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os fatos constantes dos inquéritos policiais disponibilizados, bem como verificou a observância da governança nas operações de crédito citadas, sem encontrar, até o momento, qualquer indício de irregularidade.

Com base nas informações disponíveis, foram conduzidos processos internos de investigação que não identificaram fatos relacionados a estes assuntos que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS de 31/12/2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

## **Nota 2 – Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

### **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis consolidadas são de responsabilidade da Administração da CAIXA e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), ambas traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2 Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR; CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade, que possui a subsidiária CAIXA Securitária.

Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas. São preparadas para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

**2.3 Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial Consolidado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

**2.4 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente****(a) Data de reconhecimento**

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

**(b) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros**

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, nos quais o custo da transação é reconhecido no resultado do período.

**(c) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação**

São adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos e passivos financeiros são designados nessa categoria somente no seu reconhecimento inicial seja para eliminação ou redução de inconsistências contábeis ocasionadas pela mensuração de ativos e passivos e/ou reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases divergentes, seja porque tais instrumentos são gerenciados e avaliados pelo seu valor justo. A CAIXA não designou nenhum ativo a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

**(e) Ativos financeiros – disponíveis para venda**

São instrumentos de dívida a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças na condição do mercado e que não se enquadram como empréstimos e recebíveis, ativos a valor justo por meio do resultado e nem como ativos mantidos até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Na liquidação do investimento, os ganhos ou perdas acumulados, previamente contabilizados no patrimônio líquido, são reconhecidos em resultado e os juros auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “receita com juros e similares” usando a taxa de juros efetiva (TJE).

Os dividendos auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado quando o direito ao recebimento for estabelecido.

**(f) Ativos financeiros – mantidos até o vencimento**

São ativos financeiros não derivativos que possuem pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo para os quais a CAIXA tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido dos custos de transação e posteriormente são mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE, líquido das perdas com redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na aquisição e as tarifas que integram a TJE. A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado. As perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de tais investimentos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

**(g) Empréstimos e recebíveis de clientes e de instituições financeiras**

Valores a receber de instituições financeiras e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto aqueles que a CAIXA:

- I pretende vender imediatamente ou no curto prazo e os designados na mensuração inicial como “ao valor justo por meio do resultado”;
- II designou, na mensuração inicial, como disponíveis para venda; ou
- III provavelmente não irá recuperar substancialmente o valor total do seu investimento, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Os montantes em empréstimos e recebíveis são avaliados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável, utilizando-se a TJE.

O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição e outras taxas, bem como os custos integrantes da TJE.

A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas) – empréstimos e recebíveis”.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(h) Derivativos e hedge contábil**

CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subseqüentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- I Hedge de Valor Justo: Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado;
- II Hedge de Fluxo de Caixa: A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- III Hedge de investimento líquido - as operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração consolidada do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de valor justo. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (b)

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Dívidas emitidas e outros fundos tomados**

Instrumentos financeiros ou seus componentes emitidos pela CAIXA, não designados ao valor justo por meio do resultado, são classificados no passivo em “instrumentos de dívida” e estão divulgados na Nota 18.

Isso ocorre quando a CAIXA assume no acordo contratual, substancialmente, a obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro ao detentor ou de satisfazer uma obrigação que não a troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por uma quantidade fixa de ações patrimoniais.

Após a mensuração inicial, a dívida emitida e outros fundos tomados são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos que integram a TJE.

Um instrumento financeiro híbrido que contém componentes de dívida e patrimônio é separado na data de emissão. Uma porção da renda líquida do instrumento é alocada para o componente de dívida, na data de emissão, baseada no seu valor justo (que geralmente é determinado com base no preço de mercado de dívidas semelhantes). O componente patrimonial é designado ao valor residual após deduzir do valor justo do instrumento o valor separado e determinado para o componente de dívida.

**2.5 Baixa de ativos e passivos financeiros****(a) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- I o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- II a CAIXA transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir um contrato de repasse e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios deste ativo; ou
- III a CAIXA não transferir ou reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a CAIXA transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou assume um contrato de repasse e não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas retém o controle do ativo, continua a reconhecê-lo na medida do seu envolvimento contínuo com o ativo transferido, reconhecendo um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela CAIXA.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor original contabilizado e o valor máximo de compensação que a CAIXA possa ser requerida a pagar.

**(b) Passivos financeiros**

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação correspondente é eliminada, cancelada ou vencida.

**2.6 Empréstimos de títulos e operações compromissadas**

Os títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial nos casos em que a CAIXA retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial consolidado como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida da CAIXA.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a TJE.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial consolidado em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo da CAIXA.

A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em “receita com juros e similares” e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a TJE.

### 2.7 Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

### 2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há qualquer evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrido).

Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

#### (a) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (valores a receber de bancos, empréstimos e investimentos mantidos até o vencimento), a CAIXA avalia se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável individualmente para ativos financeiros significativos, ou coletivamente, para os demais ativos financeiros.

Se a CAIXA determinar que essa evidência não existe para um ativo financeiro individualmente avaliado, este é incluído em um grupo de ativos financeiros com característica de risco de crédito semelhantes e, coletivamente, a entidade avalia o grupo por redução ao valor recuperável.

Os ativos avaliados individualmente, para os quais há reconhecimento de perda com redução ao valor recuperável, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

Para selecionar os ativos analisados individualmente, a CAIXA considera a segmentação inicial prevista para Basileia II, a particularidade de cada tomador, a relevância dos valores e as premissas utilizadas nas avaliações de risco de crédito.

Na análise individual, os ativos serão avaliados para verificar se há perda por redução ao valor recuperável quando:

- I piorar o *rating* do tomador e/ou operação em função de reavaliação mais recente, comparando-se com o *rating* do tomador ou operação no momento da contratação;
- II houver sinalização de piora na situação do tomador, verificada pela área de risco;
- III estiverem em situação de atraso igual ou superior a 90 dias, conforme correlação com *rating*.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos avaliados pela análise coletiva têm a provisão estabelecida a partir da utilização da metodologia de perda média histórica da carteira de crédito, baseada na premissa de apuração de um ponto de corte que indica baixa probabilidade de diminuição do atraso ou de retorno à adimplência.

O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado.

Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação.

Se, em um período subsequente, o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento posterior ao seu reconhecimento, o montante previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

Se uma baixa é posteriormente recuperada, o montante é creditado a “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

**(b) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Para ativos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia se, em cada data do balanço, há evidência objetiva de que o investimento está abaixo do valor recuperável.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a CAIXA avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado como redução ao valor recuperável é a perda acumulada mensurada como diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado.

Receita futura de juros é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando-se a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro que serviu de base para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Os rendimentos com os juros desses investimentos são registrados como parte de “receita com juros e similares”.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida que teve perda com redução ao valor recuperável reconhecida no resultado aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento de crédito ocorrido depois desse reconhecimento, esta perda é revertida através do próprio resultado.

Para os investimentos em instrumentos patrimoniais, a evidência objetiva também inclui uma “significativa” ou “prolongada” baixa no valor justo do investimento abaixo do seu custo.

Quando há evidência de redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável do investimento previamente reconhecida no resultado) é revertida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais não são revertidas por meio do resultado e os aumentos no valor justo, após redução ao valor recuperável, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

**(c) Empréstimos renegociados**

Quando possível, a CAIXA procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Quando os prazos dos empréstimos são renegociados qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original antes da modificação desses prazos.

A CAIXA revisa continuamente os empréstimos renegociados para garantir o cumprimento dos critérios e realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, considerando-se o novo valor calculado, com base na taxa efetiva original do empréstimo.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.9 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo valor líquido se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.10 Reconhecimento de receita e despesa

A CAIXA elabora suas demonstrações contábeis consolidadas segundo o regime de competência. Os critérios de reconhecimento específicos, a seguir, devem ser cumpridos antes que a receita ou a despesa sejam reconhecidas:

#### (a) Receita e despesa de juros

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável, que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados.

As receitas ou despesas de juros são registradas pelo uso da TJE para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

A TJE é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, pela vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, em um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da TJE considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento e que integram a taxa efetiva, exceto as perdas esperadas de crédito.

O valor contábil dos ativos ou passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de pagamento e recebimento e é calculado com base na taxa de juros original do contrato e o respectivo ajuste é registrado como “receitas com juros e similares”. No entanto, para um ativo financeiro reclassificado para o qual a CAIXA, subsequentemente, aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, como resultado do aumento da probabilidade de recuperação do crédito, o efeito deste aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Quando houver redução no valor recuperável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares, a receita de juros passa a ser reconhecida utilizando-se a mesma taxa de juros usada para descontar os fluxos de caixa futuros relacionados com a mensuração da referida perda.

#### (b) Receita de taxas e comissões

A CAIXA auferе receitas de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes, segregando-as nas seguintes categorias:

##### Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período

Apropriadas ao longo do mesmo período, essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado e outras taxas relacionadas ao crédito, bem como qualquer custo incremental, são diferidas e reconhecidas como ajustes à taxa efetiva do empréstimo.

Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso pelo método linear.

##### Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos, ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término das transações que geraram as taxas. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de se cumprir o critério específico.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Receita de dividendos**

Os recebimentos de dividendos relativos a participações em empresas coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado são reconhecidos como receita quando aprovados nas respectivas assembleias de acionistas.

**(d) Receita líquida de negociação**

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros “mantidos para negociação”.

**(e) Programas de fidelidade**

Créditos de prêmios relacionados ao programa de fidelidade são contabilizados como um componente separado e identificável da transação em que o crédito foi cedido. O valor justo da taxa ou anuidade recebida pela venda inicial é alocado entre os créditos do prêmio e os outros componentes da venda. A receita gerada pelos programas de fidelidade é reconhecida em “outras receitas operacionais”.

**2.11 Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie estão apresentados em moeda corrente nacional, pelo seu valor de face, e em moedas estrangeiras, os quais são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas.

As aplicações financeiras de alta liquidez consideradas como equivalentes de caixa são de baixa variação em seu valor justo e com vencimento em três meses ou menos, a partir da data de aquisição.

**2.12 Ativos não correntes mantidos para venda**

São reconhecidos pelo menor dos valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria. Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nesta categoria, sendo o valor líquido de venda mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vendê-los.

Quando houver perda no valor recuperável de um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para ajustar ao seu valor justo (menos os custos de venda), esta é reconhecida em provisão para desvalorização de outros ativos.

**2.13 Imobilizado de uso**

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de segurança	05 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos. A CAIXA avalia, na data-base das demonstrações contábeis consolidadas, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão-de-obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

### 2.14 Intangível

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados. Reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for imprevisível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica “amortização ativo intangível” e calculada de acordo com as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA refere-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

Em ambos os casos, as entidades consolidadas reconhecem qualquer perda no valor recuperável sobre o valor contábil desses ativos, a débito da rubrica “perdas com outros ativos (líquidas)”, na demonstração consolidada do resultado. Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.15 Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na IAS 19.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

### 2.16 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas e obrigações legais adota as seguintes premissas:

Provisões gerais - são reconhecidas quando a CAIXA tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e exista probabilidade provável de que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos seja requerido para liquidar a obrigação, desde que haja uma estimativa confiável do montante desta obrigação.

Ativos contingentes – surgem de eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos. São avaliados periodicamente para garantir que seus efeitos sejam refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo é reconhecido nas demonstrações do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade apenas divulga o ativo contingente. Não há ativos contingentes reconhecidos como prováveis pela CAIXA.

Provisões para causas judiciais – são constituídas nas demonstrações contábeis consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

Passivos contingentes – causas judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração consolidada do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.17 Tributos****(a) Tributos correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pagos para o ente tributante. As alíquotas de tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos devidos são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

**(b) Imposto diferido**

É gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base tributária de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável a geração de lucro tributável suficiente para realização das diferenças temporárias dedutíveis e utilização dos créditos e perdas tributários. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada elaboração do balanço e baixado na medida em que não seja mais provável a geração de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização total ou parcial do ativo tributário diferido.

Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada elaboração do balanço e são reconhecidos na medida em que se torna provável que haja lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação dos ativos tributários diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são determinados usando-se alíquotas do tributo (e leis tributárias) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo ativo fiscal diferido for realizado ou quando o passivo fiscal diferido for liquidado. São apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os tributos diferidos forem relacionados à mesma entidade tributada e cobrados pela mesma autoridade tributária.

**2.18 Dividendos do controlador**

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo e deduzidos do patrimônio líquido.

Em caso de proposta de pagamento de dividendos que exceda o mínimo obrigatório, a parcela excedente será mantida no patrimônio líquido, na subconta “dividendos adicionais propostos”, até a aprovação pelo Ministro de Estado da Fazenda. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não sujeitos à decisão futura da CAIXA. Dividendos do ano, aprovados depois da data de fechamento do balanço, são divulgados como um evento subsequente à data do balanço.

**2.19 Julgamentos e estimativas contábeis significativas**

No processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, sendo os mais relevantes:

**(a) Valor justo dos instrumentos financeiros**

É o valor pelo qual os instrumentos financeiros podem ser comprados ou vendidos em uma operação corrente entre partes, cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA calcula seu valor justo com base neste preço, utilizando a metodologia detalhada na Nota 36.

Quando não houver preço de mercado disponível para um ativo ou passivo financeiros, a CAIXA estima seu valor justo com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros.

Neste método, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente usando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis em mercado observáveis.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos**

A CAIXA revisa seus empréstimos e adiantamentos a cada data de encerramento de exercício social para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser reconhecidas no resultado, por meio de análises individuais e coletivas, conforme detalhado no item 2.8.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente relevantes são avaliados por meio de análise individual e as demais concessões de crédito são avaliadas coletivamente. A avaliação coletiva é usada para determinar se uma provisão deve ser constituída para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos, referentes a empréstimos e adiantamentos que, individualmente, não foram considerados significativos. Os empréstimos e adiantamentos submetidos à análise coletiva são agrupados por características de riscos semelhantes, com base nos dados cotados da carteira de crédito como a qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

A apuração das perdas com a redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis é divulgada com mais detalhes na Nota 33.

**(c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**

A CAIXA utiliza análise de recuperabilidade para os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento. Nesta área, a CAIXA aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros.

Para a apuração da perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

**(d) Tributos diferidos**

A CAIXA reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e ativos fiscais diferidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável a geração de lucro tributável futuro relacionado com esses ativos fiscais diferidos.

Outros ativos fiscais diferidos, decorrentes de créditos e prejuízos fiscais a compensar, fundamentados na legislação tributária vigente, são reconhecidos apenas se for provável que a CAIXA terá lucro tributável futuro suficiente para sua utilização.

Estimativas e avaliações passíveis de julgamento são requeridas para determinar o montante de ativo fiscal diferido que deve ser reconhecido com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, tudo isso de forma coordenada com a gestão tributária empresarial.

Atualmente, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos fundamenta-se em estudo técnico anual e projeções de resultados futuros, elaborados pela Administração da CAIXA.

**(e) Obrigações com planos de aposentadoria**

As obrigações contábeis em relação aos planos de aposentadoria são monitorados e analisados constantemente, uma vez que a sua natureza de longo prazo agrega incertezas significativas. Dessa forma, os cálculos atuariais são realizados e documentados semestralmente por uma empresa especializada e independente.

No que concerne as modalidades de contribuição, há duas modalidades: contribuição definida e variável. Na contribuição definida modelo de financiamento de benefício, no qual o participante, ao aderir, tem conhecimento do nível de contribuições a serem vertidas ao plano de benefícios, as quais determinarão os níveis de benefícios futuros. Por sua vez, a contribuição variável tem a modalidade de plano de benefícios de caráter previdenciário cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido.

O custo de planos de aposentadoria do tipo benefício definido é determinado por meio de um método de valorização atuarial (Método de Crédito Unitário Projetado) que usa pressupostos sobre as taxas de desconto, taxas esperadas de retorno dos ativos, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensão, conforme detalhado na Nota 20.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Vida útil de imobilizado e intangível**

Em dezembro de 2008, a CAIXA passou a depreciar seu ativo imobilizado observando a alteração realizada na vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos. A vida útil estimada para os sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e móveis e equipamentos é de 10, 5 e 10 anos, respectivamente. No mesmo ano, passou-se a realizar testes para determinar o valor recuperável destes ativos.

Os intangíveis com vida útil finita são amortizados durante o referido período, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a reavaliações anuais (testes de redução ao valor recuperável) ou sempre que houver qualquer indicativo de deterioração de seu valor.

**(g) Provisão para causas judiciais**

A provisão para causas judiciais é contabilizada somente para aqueles processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja avaliação realizada pelos assessores jurídicos considera como prováveis que eventuais decisões judiciais sejam desfavoráveis à CAIXA.

**(h) Perdas com redução ao valor recuperável de ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

**2.20 Reapresentação de saldos comparativos****(i) Depósitos em contas de poupança simplificada**

Em 31 de dezembro de 2016, para adequação aos requisitos da Circular BACEN nº 3.763/15 e Carta-Circular BACEN nº 3.725/15, a CAIXA reclassificou os saldos de depósitos em contas de poupança que estavam registrados em “Credores diversos – país”, sob o título “Outros credores - poupança simplificada” para o grupo de “Depósitos”, juntamente com o respectivo impacto relativo aos efeitos da atualização monetária do período 2006 até 2016.

Os efeitos da atualização dos saldos das contas de poupança simplificada do período de 2006 até 2014 impactaram a rubrica de “Lucros e prejuízos acumulados” perfazendo os saldos reapresentados de 31/12/2014, em atendimento aos requisitos IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

As posições comparativas dessas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão sendo reapresentadas com a referida reclassificação dos valores patrimoniais apurados.

**(ii) Efeito da reversão de encargos do IHCD no ativo fiscal diferido**

Os instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD) celebrados entre a CAIXA e a União estão classificados no Patrimônio Líquido, em conformidade com os requisitos da IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação e IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e, conseqüentemente, a parcela de juros remuneratórios e atualização monetária deles decorrentes são tratadas como remuneração à União e não transitam pelo resultado do período.

Os juros remuneratórios e a atualização monetária dos IHCD são dedutíveis na apuração do montante de tributos correntes que não sofrem alterações/ajustes de convergência das Demonstrações Contábeis em IFRS, pelo fato das respectivas bases de cálculo estarem apuradas a partir de insumos dos registros contábeis pelo padrão contábil aplicado no Brasil para Instituições Financeiras (BrGaap) e pela legislação tributária aplicável.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, não existe efeito tributário em decorrência do ajuste dos encargos do IHCD, registrados no BrGaap como despesas operacionais e considerados no IFRS como um componente da distribuição do resultado, pelo fato de não haver diferença entre a base fiscal e a base contábil que enseje a geração de diferenças temporárias.

O montante de encargos do IHCD no valor de R\$ 809.670, reconhecido como ativo fiscal diferido até 31/12/2015, foi revertido e este ativo está sendo reapresentado em conformidade com as disposições da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança nas Estimativas e Erros.

**(iii) Apresentação dos tributos sobre lucro diferidos pelo valor líquido**

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre a base tributária de ativos e passivos foram apresentados de forma segregada nas Demonstrações Contábeis em IFRS de 31/12/2015.

Em convergência às disposições da IAS 12 – Tributos sobre a renda, os ativos e passivos fiscais relacionados a impostos sobre a renda, lançados pela mesma autoridade fiscal nas entidades componentes do Conglomerado CAIXA, estão sendo apresentados pelo seu montante líquido existente nas respectivas entidades tributáveis.

Os valores de 31/12/2015 estão sendo reapresentados conforme discriminação a seguir:

- Na CAIXA, ativo fiscal diferido líquido no montante de R\$ 27.926.538, resultante da diferença entre R\$ 29.529.147 (ativo) e R\$ 1.602.609 (passivo);
- Na CAIXAPAR, passivo fiscal diferido líquido no montante de R\$ 203.090, resultante da diferença entre R\$ 203.145 (passivo) e R\$ 55 (ativo).

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (iv) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabelece a norma internacional de contabilidade IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, as retificações de erro mencionadas nos itens acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas comparativas, conforme apresentado a seguir:

- **Balanco Patrimonial**

Descrição	31/12/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
<b>Ativo</b>			
Ativo fiscal diferido (1)	29.863.017	(2.381.565)	27.481.452
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos (2)	4.237.554	73.897	4.311.451
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.212.683.700</b>	<b>(2.307.668)</b>	<b>1.210.376.032</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
Depósitos	454.662.133	997.309	455.659.442
Depósitos de clientes (3)	452.198.886	997.309	453.196.195
Passivo fiscal diferido (4)	2.026.544	(1.602.664)	423.880
Outras obrigações	31.892.197	(500.121)	31.392.076
<b>Total do passivo</b>	<b>1.153.591.770</b>	<b>(1.105.476)</b>	<b>1.152.486.294</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>59.091.930</b>	<b>(1.202.192)</b>	<b>57.889.738</b>
Lucros/Prejuízos Acumulados (5)	(3.641.281)	(1.202.192)	(4.843.473)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.212.683.700</b>	<b>(2.307.668)</b>	<b>1.210.376.032</b>

(1) O ajuste de (R\$ 2.381.565) reflete:

- o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada no valor de R\$ 30.769 (item i);
- a eliminação do efeito da reversão dos juros remuneratórios do IHCD no ativo fiscal diferido no período de 2013 a 2015 no montante de (R\$ 809.670) (item ii);
- apresentação dos tributos diferidos levantados sobre o lucro, pelo valor líquido, considerado por entidade tributável no valor de (R\$ 1.602.664) (item iii).

(2) O ajuste de R\$ 73.897 reflete o impacto em impostos a compensar decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

(3) O ajuste de R\$ 997.309 refere-se a reclassificação do montante de R\$ 500.121 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item i) acrescido do montante de R\$ 497.188 relativo à respectiva despesa de juros e atualização monetária (item i).

(4) O ajuste de (R\$ 1.602.664) refere-se apresentação dos tributos diferidos levantados sobre o lucro, pelo valor líquido, considerado por entidade tributável (item iii).

(5) O ajuste de (R\$ 1.202.192) refere-se:

- à eliminação do efeito da reversão dos juros remuneratórios do IHCD no ativo fiscal diferido no período de 2013 a 2015 (R\$ 809.670) (item ii);
- à despesa de juros e atualização monetária dos depósitos em conta de poupança simplificada (R\$ 497.188) (item i);
- ao impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada no valor de R\$ 30.769 (item i).
- ao impacto em impostos a compensar decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada no valor de R\$ 73.897 (item i).

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## • Demonstração do Resultado:

Descrição	Exercício 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
<b>RESULTADO</b>			
Despesas com juros e similares (1)	(100.433.636)	(74.511)	(100.508.147)
<b>Receita líquida com juros</b>	<b>38.472.908</b>	<b>(74.511)</b>	<b>38.398.397</b>
<b>Total de receitas</b>	<b>68.482.766</b>	<b>(74.511)</b>	<b>68.408.255</b>
Despesas tributárias (2)	(3.478.984)	4.199	(3.474.785)
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>	<b>1.821.031</b>	<b>(70.312)</b>	<b>1.750.719</b>
Tributos correntes (3)	(1.140.427)	933.576	(206.851)
Tributos diferidos (4)	7.512.551	(1.235.387)	6.277.164
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.193.155</b>	<b>(372.123)</b>	<b>7.821.032</b>

- (1) O ajuste de (R\$ 74.511) refere-se ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).
- (2) O ajuste de R\$ 4.199 refere-se a despesas tributárias vinculadas à atualização monetária relativas à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).
- (3) O ajuste de R\$ 933.576 refere-se:
- aos tributos correntes vinculados à atualização monetária no montante de R\$ 17.784 relativos à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i);
  - à reclassificação de despesas tributárias no montante de R\$ 915.792 para tributos diferidos para alinhamento com a base fiscal de tributos correntes (item ii).
- (4) O ajuste de (R\$ 1.235.387) refere-se:
- à reclassificação de despesas tributárias no montante de (R\$ 915.792) para tributos diferidos para alinhamento com a base fiscal de tributos correntes (item ii);
  - à eliminação do efeito da reversão dos juros remuneratórios do IHCD no ativo fiscal diferido em 2015 no montante de (R\$ 327.483) (item ii);
  - aos tributos diferidos vinculados à atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada no montante de R\$ 7.888 (item i).

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### • Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

As posições patrimoniais de abertura da Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2014 estão sendo reapresentadas em função das retificações de erro descritas nos itens (i), (ii) e (iii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
<b>Ativo</b>			
Ativo fiscal diferido (1)	20.696.129	(1.163.506)	19.532.623
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos (2)	3.251.389	51.913	3.303.302
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.072.039.414</b>	<b>(1.111.593)</b>	<b>1.070.927.821</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Depósitos</b>	<b>419.045.739</b>	<b>922.872</b>	<b>419.968.611</b>
Depósitos de clientes (3)	415.321.287	922.872	416.244.159
<b>Passivo fiscal diferido (4)</b>	<b>1.079.065</b>	<b>(704.201)</b>	<b>374.864</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>35.058.512</b>	<b>(500.195)</b>	<b>34.558.317</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.014.144.472</b>	<b>(281.524)</b>	<b>1.013.862.948</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>57.894.942</b>	<b>(830.069)</b>	<b>57.064.873</b>
Lucros/Prejuízos Acumulados (5)	(4.185.496)	(830.069)	(5.015.565)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.072.039.414</b>	<b>(1.111.593)</b>	<b>1.070.927.821</b>

(1) O ajuste de (R\$ 1.163.506) reflete:

- o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada no valor de R\$ 22.881 (item i);
- a eliminação do efeito da reversão dos juros remuneratórios do IHCD no ativo fiscal diferido no período de 2013 a 2014 no montante de (R\$ 482.187) (item ii);
- a apresentação dos tributos diferidos levantados sobre o lucro, pelo valor líquido, considerado por entidade tributável no valor de (R\$ 704.201) (item iii).

(2) O ajuste de R\$ 51.913 reflete o impacto em impostos a compensar decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

(3) O ajuste de R\$ 922.872 refere-se a reclassificação do montante de R\$ 500.195 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item i) acrescido do montante de R\$ 422.677 relativo à respectiva despesa de juros e atualização monetária (item i).

(4) O ajuste de (R\$ 704.201) refere-se apresentação dos tributos diferidos levantados sobre o lucro, pelo valor líquido, considerado por entidade tributável (item iii).

(5) O ajuste de (R\$ 830.069) refere-se:

- à eliminação do efeito da reversão dos juros remuneratórios do IHCD no ativo fiscal diferido no período de 2013 a 2014 (R\$ 482.187) (item ii);
- à despesa de juros e atualização monetária dos depósitos em conta de poupança simplificada (R\$ 422.677) (item i);
- ao impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada no valor de R\$ 22.881 (item i).
- ao impacto em impostos a compensar decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada no valor de R\$ 51.913 (item i).

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### • Demonstração dos Fluxos de Caixa:

As Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa relativas ao Exercício de 2015 estão sendo reapresentados em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>28.229.428</b>	<b>863.265</b>	<b>29.092.693</b>
Lucro Líquido (1)	8.193.155	(372.123)	7.821.032
Ajustes ao Lucro Líquido:	20.036.274	1.235.387	21.271.661
Tributos diferidos (2)	(7.512.551)	1.235.387	(6.277.164)
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>20.163.312</b>	<b>(863.265)</b>	<b>19.300.047</b>
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas e adiantamentos concedidos (3)	(986.166)	(21.984)	(1.008.150)
(Aumento)/Redução em ativo fiscal diferido (4)	(1.650.312)	(17.329)	(1.667.641)
Aumento/(Redução) em depósitos (5)	35.616.394	74.437	35.690.831
Aumento/(Redução) em passivo fiscal diferido (6)	947.479	(898.463)	49.016
Aumento/(Redução) em outras obrigações (7)	(3.166.315)	74	(3.166.241)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>48.392.740</b>	<b>-</b>	<b>48.392.740</b>

(1) O ajuste de (R\$ 372.123) reflete:

- o impacto no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i) no valor de (R\$ 44.460);
- a eliminação do efeito da reversão dos juros remuneratórios do IHCD no ativo fiscal diferido em 2015 no montante de (R\$ 327.483) (item ii);

(2) O ajuste de (R\$ 1.235.387) refere-se:

- à reclassificação de despesas tributárias no montante de (R\$ 915.792) para tributos diferidos para alinhamento com a base fiscal de tributos correntes (item ii);
- à eliminação do efeito da reversão dos juros remuneratórios do IHCD no ativo fiscal diferido em 2015 no montante de (R\$ 327.483) (item ii);
- aos tributos diferidos vinculados à atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada no montante de R\$ 7.888 (item i).

(3) O montante de (R\$ 21.984) ajustado refere-se ao impacto na variação de impostos a compensar decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

(4) O montante de (R\$ 17.329) ajustado refere-se ao impacto na variação do crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item i).

(5) O montante de R\$ 74.437 ajustado refere-se a variação do reconhecimento da remuneração de juros e atualização monetária sobre o saldo de poupança simplificada (item iii).

(6) O ajuste de (R\$ 898.463) refere-se a variação da apresentação dos tributos diferidos levantados sobre o lucro, pelo valor líquido, considerado por entidade tributável (item iii).

(7) O montante de R\$ 74 ajustado refere-se à variação, no período, relativa ao saldo de poupança simplificada reclassificado.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.21 Novas normas, interpretações e alterações de normas existentes**

Houve melhorias ao IFRS cujas alterações resultam em mudanças contábeis para fins de apresentação, reconhecimento ou mensuração. Essas alterações não afetaram significativamente as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA deste exercício.

**(a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo de em 31 de dezembro 2015**

IAS 19 - Benefícios aos Empregados - A entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, visto que a CAIXA já considera estes procedimentos.

**(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros**

IFRS 16 - Arrendamentos - O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, assim como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Suprime a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, mostrando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos em virtude da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 12 - Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui:

- (a) um modelo lógico para classificação e mensuração;
- (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, o que oferta uma resposta às perdas esperadas;
- (c) a remoção da volatilidade em resultado originada de risco de crédito próprio; e
- (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*.

Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes - O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Solicita que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto onde a atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 - Combinações de Negócios. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.

Alteração da IAS 16 – Imobilizado e IAS – 38 - Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) – As alterações se tratam de uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não foi definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA.

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – As alterações tem o objetivo de instigar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

Alterações na IAS 28, IFRS 10, e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento, com efeito para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro para 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 3 – Disponibilidades e reservas no Banco Central

## (a) Disponibilidades e reservas no Banco Central

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	8.926.964	8.792.280
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.836.637	2.718.314
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	19.621	19.846
Depósitos junto ao Banco Central (1)	119.658.776	106.116.550
<b>Total</b>	<b>130.441.998</b>	<b>117.646.990</b>

(1) Representam o saldo dos depósitos compulsórios mantidos no Banco Central. São calculados com base em percentual de depósitos recebidos de terceiros e considerados como recurso de uso restrito. Rendem atualização monetária com base em índices oficiais de juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

## (b) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	8.926.964	8.792.280
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.836.637	2.718.314
Aplicações em operações compromissadas (1)	140.073.534	141.386.927
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>150.837.135</b>	<b>152.897.521</b>

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

## (c) Rendas de créditos vinculados ao BACEN (Nota 25)

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Compulsório s/ caderneta de poupança	4.083.306	4.045.886
Compulsório s/ exigibilidade adicional	3.512.434	3.548.883
Compulsório s/ outros depósitos	3.637.840	1.597.693
<b>Total</b>	<b>11.233.580</b>	<b>9.192.462</b>

## Nota 4 – Empréstimos e recebíveis

## (a) Com instituições financeiras

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos interfinanceiros	12.429.265	10.376.649
Operações compromissadas	144.645.896	143.111.942
Direitos a receber de operação de cessão de crédito	735.567	530.573
Devedores por depósitos em garantia	15.417.738	13.711.179
<b>Total</b>	<b>173.228.466</b>	<b>167.730.343</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Com clientes

Descrição	31/12/2016			31/12/2015
	Recebível	Provisão	Recebível Líquido de Provisão	Recebível Líquido de Provisão
Empréstimos e títulos descontados	169.475.743	(10.747.569)	158.728.174	155.202.933
Financiamentos	27.858.014	(7.191.046)	20.666.968	28.148.329
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.237.547	(382.278)	6.855.269	7.150.817
Financiamentos imobiliários	421.612.333	(1.566.384)	420.045.949	388.306.328
Financiamentos de infraestrutura	78.405.345	(1.794.450)	76.610.895	70.772.362
Outros ativos	12.955.190	(641.441)	12.313.749	10.986.665
<b>Total</b>	<b>717.544.172</b>	<b>(22.323.168)</b>	<b>695.221.004</b>	<b>660.567.434</b>

## (c) Outros empréstimos e recebíveis

Inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
	Total Crédito	Total Crédito
<b>FGTS a ressarcir</b>	<b>110.273</b>	<b>91.941</b>
<b>FCVS a receber</b>	<b>31.260.514</b>	<b>28.867.828</b>
Não habilitados (1)	1.379.046	1.686.271
Habilitados e não homologados (2)	10.787.748	9.707.114
Habilitados e homologados (3)	19.093.720	17.474.443
<b>Provisão FCVS a receber</b>	<b>(3.258.997)</b>	<b>(2.797.741)</b>
<b>Total (líquido de provisão)</b>	<b>28.111.790</b>	<b>26.162.028</b>

- (1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
- (2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.
- (3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 5 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>	<b>144.645.896</b>	<b>143.111.942</b>
Operações ativas com instituições financeiras	144.645.896	143.111.942
<b>Passivos</b>	<b>159.427.997</b>	<b>194.261.221</b>
Carteira própria	69.325.980	94.785.099
Carteira de terceiros	86.046.055	99.476.122
Carteira de livre movimentação	4.055.962	-

**(a) Garantias dadas**

A contraparte terá a propriedade dos títulos dados em garantia caso a CAIXA não efetue a recompra na data contratada.

**(b) Garantias recebidas**

A CAIXA terá a propriedade dos títulos dados em garantia, caso a contraparte não efetue a recompra na data contratada.

**Nota 6 – Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes.

Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Hedge Contábil**

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas, das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA, e a partir de setembro de 2015, dos contratos de empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62.

O hedge contábil das emissões externas e dos empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na IAS 39.

HEDGE CONTÁBIL								
Estruturas	31/12/2016				31/12/2015			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)		Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)	
Emissões Externas	14.828.905	116.658	(27.922)	11.295.759	17.766.840	123.807	3.131.123	13.523.638
Empréstimos 4.131	1.629.250	14.713	(197.651)	1.643.963	9.350.559	71.069	943.617	9.421.628
Letras Financeiras	1.020.660	483.801	31.577	1.504.460	1.010.660	301.035	(91.401)	1.311.694
<b>Total</b>	<b>17.478.815</b>	<b>615.172</b>	<b>(193.996)</b>	<b>14.444.182</b>	<b>28.128.059</b>	<b>495.911</b>	<b>3.983.339</b>	<b>24.256.960</b>

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL						
Vencimento	31/12/2016			31/12/2015		
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras
2016	-	-	-	413.232	2.063.749	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	2.161.628	3.075.832	175.000
2018	958.578	-	21.500	958.578	2.911.506	16.500
2019	4.147.737	-	10.150	4.147.736	-	10.150
2020	30.805	-	16.360	30.805	-	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	-	25.000
2022	719.797	-	-	719.797	-	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200
<b>Total</b>	<b>8.048.263</b>	<b>1.471.761</b>	<b>1.020.660</b>	<b>8.461.493</b>	<b>8.051.087</b>	<b>1.010.660</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:**

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado	Valor Patrimonial	
	31/12/2016	31/12/2015		(Res. / PL)	31/12/2016	31/12/2015
			31/12/2016			
<b>Contratos de Futuros</b>						
Compromissos de Compra	-	-	-	-	-	-
Cupom Cambial	-	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	<b>98.199.829</b>	<b>70.294.595</b>	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	99.475.047	70.292.013	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	(1.275.218)	2.582	-	-	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>						
Posição Ativa	<b>10.540.683</b>	<b>17.523.240</b>	<b>1.007.961</b>	<b>(129.146)</b>	<b>878.815</b>	<b>4.141.121</b>
Índices	1.020.660	1.010.660	43.281	(9.187)	34.094	2.481
Moeda Estrangeira	9.520.023	16.512.580	964.680	(119.959)	844.721	4.138.640
Posição Passiva	<b>10.540.683</b>	<b>17.523.240</b>	<b>1.059.550</b>	<b>13.261</b>	<b>1.072.811</b>	<b>157.782</b>
Índices	1.020.660	1.010.660	47	2.469	2.516	93.882
Moeda Estrangeira	9.520.023	16.512.580	1.059.503	10.792	1.070.295	63.900

**(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:**

Descrição	31/12/2016							31/12/2015
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
<b>Posição Ativa:</b>								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	<b>1.007.961</b>	<b>(129.146)</b>	<b>878.815</b>	<b>643</b>	<b>18.386</b>	<b>371.655</b>	<b>488.131</b>	<b>4.141.121</b>
BM&FBOVESPA	43.281	(9.187)	34.094	-	1.205	483	32.406	2.481
Inst. Financeiras	964.680	(119.959)	844.721	643	17.181	371.172	455.725	4.138.640
<b>Posição Passiva:</b>								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	<b>1.059.550</b>	<b>13.261</b>	<b>1.072.811</b>	<b>14.098</b>	<b>154.223</b>	<b>82.068</b>	<b>822.422</b>	<b>157.782</b>
BM&FBOVESPA	47	2.469	2.516	-	-	-	2.516	93.882
Inst. Financeiras	1.059.503	10.792	1.070.295	14.098	154.223	82.068	819.906	63.900

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
<b>Conta de Compensação / Valor Referencial</b>						
Contratos Futuros	14.154.626	2.395.268	15.296.066	66.353.869	98.199.829	70.294.595
Contratos de Swaps	323.795	1.125.617	2.358.978	6.732.293	10.540.683	17.523.240

## (e) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Swap	(4.224.757)	4.277.477
Futuro	(4.668.097)	4.596.574
<b>Total realizado</b>	<b>(8.892.854)</b>	<b>8.874.051</b>

## (f) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Títulos públicos</b>	<b>6.708.603</b>	<b>11.280.294</b>
Letra financeira do tesouro	1.910.805	-
Letras do tesouro nacional	4.794.905	11.277.716
Notas do tesouro nacional	2.893	2.578

## Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>	<b>108.346.403</b>	<b>98.480.310</b>
<b>Títulos públicos – Brasil</b>	<b>107.686.091</b>	<b>97.657.323</b>
Letras financeiras do tesouro	7.573.730	3.475.650
Letras do tesouro nacional	89.059.787	85.905.422
Notas do tesouro nacional	11.052.574	8.276.251
<b>Títulos privados</b>	<b>660.312</b>	<b>822.987</b>
Debêntures	659.855	806.756
Cotas de fundos	-	15.128
Certificados de recebíveis imobiliários	457	1.103
<b>Derivativos</b>	<b>878.815</b>	<b>4.141.121</b>
<b>Total</b>	<b>109.225.218</b>	<b>102.621.431</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 8 – Investimentos financeiros – Títulos e valores mobiliários**

**(a) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>5.283.864</b>	<b>365.722</b>
Letras financeiras do tesouro	4.954.720	-
Notas do tesouro nacional	35.256	83.686
Títulos CVS	293.888	282.036
<b>Títulos privados</b>	<b>17.900.930</b>	<b>15.120.232</b>
Letras de crédito imobiliário	-	82.873
Letras financeiras	55.572	142.516
Ações	7.775.742	5.954.981
Debêntures	7.969.575	6.769.312
Notas promissórias	5.140	812.793
Cotas de fundos	800.839	516.985
Certificados de recebíveis imobiliários	1.294.062	840.772
<b>Dados em garantia</b>	<b>2.893</b>	<b>2.578</b>
Notas do tesouro nacional	2.893	2.578
<b>Total</b>	<b>23.187.687</b>	<b>15.488.532</b>

**(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>45.776.581</b>	<b>59.750.632</b>
Letras financeiras do tesouro	4.745.212	-
Letras do tesouro nacional	4.645.432	25.298.667
Notas do tesouro nacional	36.385.937	34.451.965
<b>Títulos privados</b>	<b>2.275.172</b>	<b>71.681</b>
Debêntures	141.134	-
Certificados de recebíveis imobiliários	2.134.038	71.681
<b>Dados em garantia</b>	<b>1.439.841</b>	<b>4.389.893</b>
Letras financeiras do tesouro	1.070.865	-
Letras do tesouro nacional	368.976	4.389.893
<b>Total</b>	<b>49.491.594</b>	<b>64.212.206</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 9 – Ativos não correntes mantidos para venda**

Os ativos não correntes são classificados como mantidos para venda quando é altamente provável que a venda ocorra em até um ano desta classificação.

Este grupo de ativos inclui, principalmente, imóveis adjudicados oriundos de financiamentos habitacionais, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA.

Descrição	Bens não de uso
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.477.004</b>
Adições (alienações) líquidas	1.177.562
Provisão para desvalorização	(133.958)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.520.608</b>
Adições (alienações) líquidas	2.733.712
Provisão para desvalorização	(177.004)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.077.316</b>

**(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>(133.958)</b>	<b>(90.591)</b>
Constituição	(142.771)	(69.927)
Baixas	99.725	26.560
<b>Saldo final</b>	<b>(177.004)</b>	<b>(133.958)</b>

**Nota 10 – Participações em controladas e coligadas****a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS:**

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	49,00	40,35
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	38.775.176	-	-	75,00
Habitar	25	-	5,00	5,00
FIP Amsterdam	475	-	-	47,35
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	4.000	20	9,65	9,65
Crescer	40.783.190	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21

(1) A participação societária na CAIXA Seguridade, consolidada na CAIXA, refere-se à posição consolidada deste investimento. Desta forma, a participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CAIXA Seguros Holding S.A.	3.046.973	2.635.360	801.830	822.958
Banco PAN	1.234.651	1.484.976	(268.442)	203.552
Capgemini	117.888	177.954	(62.104)	(46.281)
Elo Serviços	23.111	18.542	5.993	3.694
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.994	6.956	259	249
Crescer	-	-	(8.124)	(5.094)
Branes	1.874	1.841	34	-
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.752	-	-	-
BIAPE	-	238	(244)	(448)
Fundo de Investimento em Participações	32.685	32.428	(1.073)	(7.319)
TECBAN	106.537	107.004	(467)	48.028
PAN Corretora	33.130	29.381	3.749	4.912
PAN Seguros	363.179	353.708	24.795	16.578
<b>Total</b>	<b>4.968.774</b>	<b>4.848.388</b>	<b>496.206</b>	<b>1.040.829</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 11 – Imobilizado de uso

O ativo imobilizado da CAIXA corresponde aos bens móveis e imóveis para uso próprio.

A CAIXA não possui ativos imobilizados mantidos como propriedades para investimento ou arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais, nem contrato de arrendamento financeiro, durante os exercícios fiscais encerrados em 31/12/2016 e 31/12/2015.

As despesas de depreciação foram contabilizadas em “depreciação ativo imobilizado” na demonstração consolidada de resultado.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Composição do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	<b>2.644.269</b>	<b>(1.163.128)</b>	<b>1.481.141</b>	<b>2.306.646</b>	<b>(711.026)</b>	<b>1.595.620</b>
Edificações	2.391.837	(1.163.128)	1.228.709	2.053.574	(711.026)	1.342.548
Terrenos	252.432	-	252.432	253.072	-	253.072
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>7.582.217</b>	<b>(5.643.724)</b>	<b>1.938.493</b>	<b>7.295.520</b>	<b>(5.026.378)</b>	<b>2.269.142</b>
Imobilizações em curso	3.417	-	3.417	23.881	-	23.881
Inst., móveis e equip. de uso	1.688.696	(937.172)	751.524	1.606.314	(849.561)	756.753
Sistema de comunicação	95.304	(79.839)	15.465	91.424	(77.158)	14.266
Sistema de proc.de dados	5.335.906	(4.280.182)	1.055.724	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427
Sistema de transporte e segurança	458.894	(346.531)	112.363	419.184	(300.369)	118.815
<b>Total</b>	<b>10.226.486</b>	<b>(6.806.852)</b>	<b>3.419.634</b>	<b>9.602.166</b>	<b>(5.737.404)</b>	<b>3.864.762</b>

Movimentação do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2015	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2016
<b>Imóveis de uso</b>	<b>1.595.620</b>	<b>20.574</b>	<b>198.326</b>	<b>(4.253)</b>	<b>(329.126)</b>	<b>1.481.141</b>
Edificações	1.342.548	20.476	197.897	(3.087)	(329.126)	1.228.708
Terrenos	253.072	98	429	(1.166)	-	252.433
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>2.269.142</b>	<b>(20.574)</b>	<b>326.904</b>	<b>(3.368)</b>	<b>(633.611)</b>	<b>1.938.493</b>
Imobilizações em curso	23.881	(20.574)	110	-	-	3.417
Inst., móveis e equip. de uso	756.753	(6.359)	90.899	(27)	(89.742)	751.524
Sistema de comunicação	14.266	2.950	962	(8)	(2.705)	15.465
Sistema de proc.de dados	1.355.427	3.326	195.290	(3.329)	(494.990)	1.055.724
Sist. de transp./segurança	118.815	83	39.643	(4)	(46.174)	112.363
<b>Total</b>	<b>3.864.762</b>	<b>-</b>	<b>525.230</b>	<b>(7.621)</b>	<b>(962.737)</b>	<b>3.419.634</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 12 – Intangível

Os ativos intangíveis estão representados por softwares de computadores adquiridos de terceiros (projetos logiciais – software) e por valores pagos para aquisição de carteiras de folha de pagamento que asseguram serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços e pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores público e privado.

#### Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

Os contratos que apresentaram indicativos de perda do valor recuperável foram provisionados e os que apresentaram recuperação do valor anteriormente provisionados foram ajustados apresentando, no montante, recuperação no valor provisionado em períodos anteriores.

Todos os ativos intangíveis reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas possuem vida útil definida.

Descrição	31/12/2016				31/12/2015			
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.191.039	(1.162.601)	(1.109)	2.027.329	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154
Outros ativos intangíveis	366.655	(73.130)	-	293.525	366.655	(57.614)	-	309.041
Projetos logiciais – Software	1.612.502	(448.497)	-	1.164.005	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345
<b>Total</b>	<b>5.170.196</b>	<b>(1.684.228)</b>	<b>(1.109)</b>	<b>3.484.859</b>	<b>4.657.358</b>	<b>(1.403.014)</b>	<b>(6.804)</b>	<b>3.247.540</b>

Descrição	31/12/2015	31/12/2016			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.906.154	816.256	(48.760)	(646.321)	2.027.329
Outros ativos intangíveis	309.041	-	-	(15.516)	293.525
Projetos logiciais - Software	1.032.345	308.016	-	(176.356)	1.164.005
<b>Total</b>	<b>3.247.540</b>	<b>1.124.272</b>	<b>(48.760)</b>	<b>(838.193)</b>	<b>3.484.859</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 13 – Ativo fiscal diferido

A CAIXA reconhece os ativos fiscais diferidos de acordo com a probabilidade de que venham a existir lucros tributáveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Tal definição fundamenta-se em estudo técnico elaborado anualmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros em período de tempo definido, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 2.20)
<b>Diferenças Temporárias:</b>	<b>21.823.835</b>	<b>23.462.033</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.797.531	11.497.671
Perdas Atuariais CPC 33	3.441.610	3.816.802
Provisões Trabalhistas	1.849.152	1.737.228
Provisões Cíveis	1.368.648	1.379.550
Provisão para perdas - FCVS a receber	1.014.856	738.524
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos para Negociação - IRPJ/CSLL	558.248	1.634.479
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos para Negociação - PASEP/COFINS	59.932	175.011
Provisão para desvalorização de bens não de uso	53.477	34.106
Provisões fiscais	49.632	57.078
Outros	2.082.637	1.847.414
Ajustes em IFRS	548.112	544.170
<b>Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL:</b>	<b>1.382.756</b>	<b>1.645.294</b>
Prejuízo Fiscal a Realizar	1.382.756	1.531.161
Base Negativa de CSLL	-	6.796
CSLL - MP 2.158-35/01	-	107.337
<b>Total dos Créditos com Impacto no Resultado</b>	<b>23.206.591</b>	<b>25.107.327</b>
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda - IRPJ/CSLL	684.298	1.465.081
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda - PASEP/COFINS	74.159	158.774
Perdas Atuariais CPC 33	4.460.142	2.352.879
<b>Total dos Créditos com Impacto no Patrimônio Líquido</b>	<b>5.218.599</b>	<b>3.976.734</b>
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>28.425.190</b>	<b>29.084.061</b>
<b>Total dos Créditos Não Constituídos</b>	<b>1.992.142</b>	<b>1.011.134</b>

## (a) Movimentação do ativo fiscal diferido

Descrição	Em 31/12/2015 (Nota 2.20)	Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado	Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio	Em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.497.671	(700.140)	-	10.797.531
Outras provisões	6.338.070	628.444	-	6.966.514
Prejuízos fiscais	1.531.161	(148.405)	-	1.382.756
Base Negativa CSLL e CSLL MP 2.158-35/01	114.133	(114.133)	-	-
Ajuste a valor de mercado	3.433.345	(1.191.309)	(865.399)	1.376.637
Perdas Atuariais CPC 33	6.169.681	(375.192)	2.107.263	7.901.752
<b>Total dos ativos</b>	<b>29.084.061</b>	<b>(1.900.735)</b>	<b>1.241.864</b>	<b>28.425.190</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Demonstração do ativo fiscal diferido pelo valor líquido

DESCRIÇÃO	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo Fiscal Diferido (a)	Passivo Fiscal Diferido (b)	Ativo Líquido (a) - (b)	Ativo Fiscal Diferido (a)	Passivo Fiscal Diferido (b)	Ativo Líquido (a) - (b)
<b>CAIXA</b>	<b>28.425.160</b>	<b>827.542</b>	<b>27.597.618</b>	<b>29.084.033</b>	<b>1.602.609</b>	<b>27.481.424</b>
Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	28.291.069	827.542	27.463.527	28.750.247	1.602.609	27.147.638
Outros (PASEP/COFINS)	134.091	-	134.091	333.786	-	333.786
<b>CAIXA SEGURIDADE</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	30	-	30	28	-	28
Outros (PASEP/COFINS)	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>28.425.190</b>	<b>827.542</b>	<b>27.597.648</b>	<b>29.084.061</b>	<b>1.602.609</b>	<b>27.481.452</b>

## Nota 14 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 2.20)
Dividendos antecipados	681.562	2.414.154
Pagamentos a ressarcir	336.315	238.127
Adiantamentos concedidos	454.091	427.067
Impostos a compensar	721.485	1.210.836
Outras despesas antecipadas	70.467	21.267
<b>Total</b>	<b>2.263.920</b>	<b>4.311.451</b>

## Nota 15 – Outros ativos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Administração de fundos e programas sociais	199.609	181.962
Valores a apropriar (1)	2.890.757	2.282.921
Seguros a receber	382.657	212.382
Relações de interdependência	131.817	479.552
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	235.103	217.944
Material em estoque	35.436	34.845
Câmbio	5.412.748	5.473.587
Valores a receber - FND	500.466	451.485
Outros	736.776	338.189
<b>Total</b>	<b>10.525.369</b>	<b>9.672.867</b>

(1) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 23 (a).

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 16 – Depósitos

## (a) Depósitos de instituições financeiras

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à vista	22.272	36.620
Depósitos interfinanceiros	608.279	2.426.627
<b>Total</b>	<b>630.551</b>	<b>2.463.247</b>

## (b) Depósitos de clientes

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 2.20)
<b>Depósitos à vista – sem remuneração</b>	<b>31.860.582</b>	<b>27.377.970</b>
Pessoas físicas	15.149.797	12.800.437
Pessoas jurídicas	12.608.920	10.703.860
Vinculados	1.976.511	2.071.944
Governo	1.569.328	1.343.474
Moedas estrangeiras	-	54.540
Entidades públicas	326.537	215.008
Contas encerradas	24.889	18.195
Outros	204.600	170.512
<b>Depósitos de Poupança – remuneração pós fixada</b>	<b>252.403.109</b>	<b>242.359.933</b>
Pessoas físicas	248.301.920	237.999.158
Pessoas jurídicas	2.062.215	2.482.363
Vinculados	2.149	2.323
Contas encerradas	2.036.825	1.876.089
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>210.689.327</b>	<b>168.918.281</b>
Remuneração prefixada	97.195.338	80.156.145
Depósitos a prazo em moeda nacional	97.195.338	80.156.145
Remuneração pós-fixada	113.493.989	88.762.136
Depósitos a prazo em moeda nacional	39.330.592	26.730.337
Depósitos judiciais com remuneração	74.163.397	62.031.799
<b>Depósitos especiais e de fundos e programas</b>	<b>16.606.897</b>	<b>14.540.011</b>
Sem remuneração	141.746	271.022
Remuneração prefixada	624.067	557.968
Remuneração pós-fixada	15.841.084	13.711.021
<b>Outros</b>	<b>45</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>511.559.960</b>	<b>453.196.195</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 17 – Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Operações com loterias	878.597	1.407.542
Fundos e programas sociais	25.712.252	24.210.736
Fundos de financiamento e desenvolvimento	1.783.353	1.509.771
Recursos do FGTS para amortizações	959.467	682.953
<b>Total</b>	<b>29.333.669</b>	<b>27.811.002</b>

### Nota 18 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior.

Em 31/12/2016, o valor total captado por meio destes IFS perfaz um montante de R\$ 28.541.405 (31/12/2015 – 24.118.921) que compõe o capital regulatório da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), menu “Sobre a Caixa”.

Instrumentos de Dívida	Indexador	31/12/2016	31/12/2015
<b>Títulos de dívida subordinada</b>	-	<b>28.541.405</b>	<b>24.118.921</b>
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS – Nível II	-	26.529.269	21.850.246
Letra Financeira elegível – Nível II	-	335.719	293.956
TVM no exterior elegível – Nível II	-	1.676.417	1.974.719
<b>Títulos de dívida não subordinada</b>	-	<b>154.554.663</b>	<b>170.759.473</b>
Obrigações por TVM no exterior	-	13.181.146	15.702.944
Remuneração IHCD a pagar	-	460.234	1.369.114
Letra hipotecária	IGP-M	737.113	687.723
Letra hipotecária	INPC	16.107	15.029
Letra de crédito imobiliária	IGP-M	10.676	9.962
Letra de crédito imobiliária	CDI	100.830.134	111.221.734
Letra de crédito imobiliária	TR	61.643	-
Letra de crédito do agronegócio	CDI	511.294	1.029.810
Letra financeira	CDI	37.538.141	39.670.266
Letra financeira	IPCA	1.208.175	1.052.891
<b>Total</b>		<b>183.096.068</b>	<b>194.878.394</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Repasses no país	238.966.421	207.682.167
FGTS	204.156.953	172.210.084
BNDES	31.349.361	32.377.811
Tesouro nacional – PIS	928.282	678.164
Fundo Marinha Mercante	2.256.745	2.228.930
Outras instituições	275.080	187.178
Repasses no exterior	54.668	59.184
Empréstimos no exterior	5.425.078	14.337.557
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.798.282	4.726.401
Demais linhas de crédito	1.626.796	9.611.156
<b>Total de obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>244.446.167</b>	<b>222.078.908</b>

## (a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,15 % a.a. (habitação 5,03 % a.a., infraestrutura 5,89 % a.a. e saneamento 6,16 % a.a.) e prazo médio de retorno de 248 meses (habitação 261 meses, infraestrutura 231 meses e saneamento 164 meses).

## (b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

## (c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto substancialmente por linhas de crédito captadas no exterior, sujeitas a taxa de juros de até 3,34% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 4,53% ao ano e à variação cambial do dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

## (d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Repasses no país	(17.760.456)	(14.972.302)
FGTS	(15.276.517)	(12.365.417)
BNDES	(2.326.551)	(2.041.215)
Tesouro nacional - PIS	(54.810)	(54.912)
Fundo marinha mercante	(10.412)	(435.237)
Outras instituições	(92.166)	(75.521)
Repasses no exterior	10.706	(25.655)
Empréstimos no exterior	1.570.373	(3.417.278)
<b>Total</b>	<b>(16.179.377)</b>	<b>(18.415.235)</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 20 – Benefícios a empregados****(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo	3.025.771	3.020.357
Natureza salarial	2.642.050	2.500.966
Participação dos empregados no lucro	383.721	519.391
Benefícios pós-emprego	22.816.081	15.744.858
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	13.541.691	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios – Previdência Privada	7.942.887	2.579.005
<b>Total</b>	<b>25.841.852</b>	<b>18.765.215</b>

**(b) Benefícios de curto prazo:**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

**(c) Benefícios pós-emprego:**

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

**(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa**

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa ([www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes - tem como presidente o conselheiro Joaquim Lima de Oliveira, vice-presidente de Tecnologia da Informação da Caixa e representante da Patrocinadora.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. Composto por quatro membros, tem como presidente o conselheiro Jairo Dantas, representante dos participantes.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quantos aos planos de saúde complementar, auxílio/cesta alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

### (e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de Plano de Saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário. Para dezembro de 2016 a margem de capital da CAIXA é mais do que suficiente para suportar o risco atuarial apurado.

### (f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

### (g) Planos de benefícios - detalhamento

#### (g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 13.541.692 (31/12/2015 – R\$ 12.068.398).

#### (g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2016 foram concedidos 600 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 717,29 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2016 a agosto de 2017 é de R\$ 565,28 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.331.503 (31/12/2015 – R\$ 1.097.455).

### (g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

### (g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN saldado, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2015, resulta em R\$ 1.132.946 sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses. Em 2016, a CAIXA efetuou pagamentos à FUNCEF relativos ao referido equacionamento no montante de R\$ 72.470.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado, em 31/12/2016 o montante de R\$ R\$ 7.654.277 (R\$ 2.307.318 - 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos da IAS 19, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

### • REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

### • Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:**

Descrição	31/12/2016 (1)			31/12/2015		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	93.246	59.649	152.895	93.523	60.939	154.462
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.153	15.153	-	15.101	15.101
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	65	65
REG/REPLAN salgado	20.726	36.422	57.148	22.542	34.578	57.120
REG/REPLAN não salgado	2.371	3.761	6.132	2.585	3.407	5.992
REB	7.063	757	7.820	7.265	705	7.970
Novo Plano	84.217	5.274	89.491	88.028	4.865	92.893

(1) Conforme posições de 30/09/2016 e 30/09/2015, utilizadas para cálculo da obrigação de benefício definido

**(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício**

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com a IAS 19, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

**(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado na IAS 19, consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, de acordo com a IAS 19 e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

**(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:**

Conforme determina a IAS 19, na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pela IAS 19. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais reais projetadas (ou seja, acima da inflação geral de preços) de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023, 1,50% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:**

Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Taxa anual de juros (1)	9,88	13,91	10,00	14,22	10,07	14,42
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade (2)	1,08	1,08	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H – 55; M – 52	H – 55; M – 52	N/A	N/A	N/A	N/A

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pela IAS 19. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina a IAS 19, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023 e 1,50% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
Taxa anual de juros (1)	10,01	14,27	9,99	14,2	10,06	14,37	10,00	14,27
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	6,43	9,03	7,31	10,89	6,49	9,85
Aumento anual dos benef. (projeção)	4,00	6,47	5,79	8,41	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade (2)	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 53	H - 53	H - 55	H - 55	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55	H - 55
	M - 48	M - 48	M - 52	M - 52			M - 52	M - 52

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas a IAS 19. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina a IAS 19, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

**(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:**

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
VPOA(1) no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	(41.116)	(49.944)
Custo do serviço corrente	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Custo de juros	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	(5.307)	(5.691)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	36.327	(1.519.532)	(191.150)	(219.016)	(10.451)	10.131
Ajuste de experiência	2.788.480	958.037	(53.550)	(309.166)	(4.980)	5.988
Alterações premissas demográficas	93.408	(510.781)	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(2.845.561)	(1.966.788)	(137.600)	90.150	(5.471)	4.143
Benefícios pagos pelo plano	376.129	346.961	114.655	104.930	5.043	4.388
<b>VPOA(1) no final do período</b>	<b>(13.541.692)</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(1.331.503)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>(51.831)</b>	<b>(41.116)</b>

**(1) VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial**

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
VPOA(1) no início do período	(38.512.812)	(37.832.062)	(3.901.853)	(3.969.884)	(277.605)	(254.556)	(861.103)	(581.419)
Custo do serviço corrente	-	(64.850)	(3.086)	(18.808)	(1.839)	(2.718)	(9.606)	(20.856)
Custo de juros	(5.069.592)	(4.796.711)	(516.800)	(503.340)	(34.525)	(32.052)	(123.692)	(79.020)
Contribuições esperadas de participantes	(142.052)	(466)	(28.085)	(30.238)	(842)	(181)	(71)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(8.072.610)	1.414.343	(841.399)	402.298	(50.847)	(8.274)	(260.192)	(210.638)
Ajuste de experiência	(2.915.029)	(2.822.307)	(176.183)	(105.501)	(12.902)	(48.333)	(41.934)	(344.869)
Alterações premissas demográficas	(44.954)	112.849	(23.329)	77.746	(168)	3.002	(5.253)	17.081
Alterações premissas financeiras	(5.112.627)	4.123.801	(641.887)	430.053	(37.777)	37.057	(213.005)	117.150
Benefícios pagos pelo plano	2.451.052	2.766.934	208.069	218.119	24.626	20.176	48.620	30.830
<b>VPOA(1) no final do período</b>	<b>(49.346.014)</b>	<b>(38.512.812)</b>	<b>(5.083.154)</b>	<b>(3.901.853)</b>	<b>(341.032)</b>	<b>(277.605)</b>	<b>(1.206.044)</b>	<b>(861.103)</b>

**(1) VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial**

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:**

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2017	375.136	122.297	4.803	3.521.736	298.985	25.266	62.959
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2018	397.766	112.785	5.398	3.350.362	295.314	23.672	62.727
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2019	414.373	103.923	4.910	3.187.171	289.058	22.162	61.894
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2020 ou posterior	428.698	95.649	4.452	3.026.263	281.469	20.734	60.499
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021 ou posterior	11.925.719	896.849	32.268	36.260.482	3.918.328	249.198	957.965
<b>Total</b>	<b>13.541.692</b>	<b>1.331.503</b>	<b>51.831</b>	<b>49.346.014</b>	<b>5.083.154</b>	<b>341.032</b>	<b>1.206.044</b>
<i>Duration</i> do passivo atuarial na data base 31/12/2016	28,21 anos	12,63 anos	9,37 anos	11,6 anos	13,3 anos	9,67 anos	12,22 anos

**(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:**

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
			Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
VJAP(1) no início do período	41.116	49.944	33.898.176	35.220.021	3.988.451	3.969.866	250.893	263.803	344.443	279.514
Receitas de juros	5.308	5.691	4.294.905	4.285.132	519.466	483.004	32.991	32.355	60.183	39.089
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	10.450	(10.131)	(1.132.023)	(2.843.645)	(94.068)	(321.425)	57.294	(25.838)	247.777	24.245
Contribuições do empregador	-	-	111.942	3.135	22.749	44.887	865	568	47.745	32.425
Contribuições de participantes do plano	-	-	142.052	467	28.085	30.238	842	181	71	-
Benefícios pagos pelo plano	(5.043)	(4.388)	(2.451.052)	(2.766.934)	(208.069)	(218.119)	(24.626)	(20.176)	(48.621)	(30.830)
<b>VJAP<sup>1</sup> no final do período</b>	<b>51.831</b>	<b>41.116</b>	<b>34.864.000</b>	<b>33.898.176</b>	<b>4.256.614</b>	<b>3.988.451</b>	<b>318.259</b>	<b>250.893</b>	<b>651.598</b>	<b>344.443</b>

(1) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:**

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN salgado		REG/REPLAN não salgado		REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	56,04%	51,65%	55,99%	51,82%	58,50%	53,25%	69,25%	63,48%
Renda Variável	-	-	22,29%	23,76%	25,17%	24,88%	24,61%	23,94%	19,45%	18,14%
Investimentos Estruturados	-	-	7,56%	9,31%	6,92%	10,08%	5,21%	7,89%	3,09%	6,78%
Investimentos Imobiliários	-	-	11,09%	11,99%	10,38%	11,51%	3,54%	4,54%	0,47%	0,73%
Operações com Participantes	-	-	3,01%	3,27%	1,54%	1,70%	8,14%	10,37%	7,74%	10,87%
Outros Investimentos	-	-	0,01%	0,02%	-	0,01%	-	0,01%	-	-
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:**

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN salgado	REG/REPLAN não salgado	REB	NOVO PLANO
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	-	-	-	3.905.391	350.064	214.895	1.142.500
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	-	-	-	31.214.438	3.684.135	1.362.075	9.573.325
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	4.561.388	488.419	63.394	63.639
<b>Total</b>				<b>39.681.217</b>	<b>4.522.618</b>	<b>1.640.364</b>	<b>10.779.464</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:**

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
VPOA(1) no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	(51.831)	(41.116)
VJAP(2) no final do período	-	-	-	-	51.831	41.116
Superávit/ (déficit) do plano	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(3)	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo(4)	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(13.541.692)</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(1.331.503)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

(2) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata a IAS 19, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015				
VPOA(1) no final do período	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.083.154)	(3.901.853)	(341.032)	(277.605)	(1.206.044)	(861.104)
VJAP(2) no final do período	34.864.000	33.898.176	4.256.614	3.988.451	318.259	250.893	651.598	344.443
Superávit/ (déficit) do plano	(14.482.014)	(4.614.636)	(826.540)	86.598	(22.773)	(26.712)	(554.446)	(516.661)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(3)	7.241.007	2.307.318	413.270	-	11.387	13.356	277.223	258.331
Efeito do teto do Ativo(4)	-	-	-	(86.598)	-	-	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(7.241.007)</b>	<b>(2.307.318)</b>	<b>(413.270)</b>	<b>-</b>	<b>(11.387)</b>	<b>(13.356)</b>	<b>(277.223)</b>	<b>(258.331)</b>

(1) VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

(2) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata a IAS 19, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:**

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	-	-
Custo do serviço	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	376.129	346.960	114.655	104.930	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	36.327	(1.519.531)	(191.150)	(219.016)	-	-
<b>(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(13.541.692)</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(1.331.503)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(3.822.923)	(1.306.020)	(60.215)	(9)	-	-	(245.385)	(150.953)
Custo do serviço	-	(64.850)	(7.358)	(18.808)	(1.149)	(2.718)	(1.306)	(20.856)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(222.784)	(245.623)	(3.162)	(20.334)	-	(145)	(13.935)	(19.966)
Contribuições da empresa	109.486	3.135	11.290	44.886	512	568	23.606	32.425
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.304.786)	(693.960)	(353.825)	(5.735)	(10.750)	(11.061)	(40.203)	(98.981)
<b>(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(7.241.007)</b>	<b>(2.307.318)</b>	<b>(413.270)</b>	<b>-</b>	<b>(11.387)</b>	<b>(13.356)</b>	<b>(277.223)</b>	<b>(258.331)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o semestre:**

<b>(Despesa) / Receita esperadas</b>						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Custo do serviço corrente líquido	(113.712)	-	-	(6.234)	(13.721)	(503)
Custo de juros líquidos	(659.427)	(63.523)	(359.606)	(20.350)	(560)	(13.555)
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período</b>	<b>(773.139)</b>	<b>(63.523)</b>	<b>(359.606)</b>	<b>(26.584)</b>	<b>(14.281)</b>	<b>(14.058)</b>

<b>Pagamentos esperados</b>						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	187.568	61.148	-	5.673	265	12.230
Contribuição definida	-	-	56.933	198	1	45
Administração	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>187.568</b>	<b>61.148</b>	<b>56.933</b>	<b>5.871</b>	<b>266</b>	<b>12.275</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:**

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros	(680.807)	(637.815)	(649.372)	(669.813)	N/A	N/A	(786.277)	(560.921)	(1.686.282)
Valor presente das obrigações	(13.985.105)	(13.087.938)	(13.013.408)	(14.104.324)	N/A	N/A	(16.110.553)	(11.546.833)	(13.541.692)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros	(61.976)	(65.053)	(63.838)	(63.191)	N/A	N/A	N/A	N/A	(157.553)
Valor presente das obrigações	(1.300.562)	(1.362.114)	(1.306.674)	(1.357.262)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.331.503)
<b>EX-PREHAB</b>									
Custo dos juros	(4.763)	(5.218)	(4.990)	(4.965)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.307)
Valor presente das obrigações	(49.686)	(54.200)	(50.740)	(52.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(51.831)
<b>REG/REPLAN salgado</b>									
Custo dos juros	(4.647.072)	(5.077.189)	(4.839.317)	(4.860.725)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.069.592)
Valor presente das obrigações	(47.304.726)	(51.601.600)	(48.047.262)	(50.682.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.346.014)
<b>REG/REPLAN não salgado</b>									
Custo dos serviços	(16.252)	(18.262)	(8.263)	(17.909)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.086)
Custo dos juros	(479.334)	(523.552)	(497.528)	(502.881)	N/A	N/A	N/A	N/A	(516.800)
Valor presente das obrigações	(4.872.880)	(5.315.503)	(4.933.414)	(5.237.794)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.083.154)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços	(24.146)	(26.364)	(12.251)	(25.918)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.839)
Custo dos juros	(112.467)	(122.969)	(117.012)	(117.835)	N/A	N/A	N/A	N/A	(34.525)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(341.032)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços	(806)	(3.023)	(581)	(2.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.606)
Custo dos juros	(114.198)	(124.669)	(118.784)	(119.522)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.692)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.206.044)

**(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
<b>EX-PREVHAB</b>									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
<b>REG/REPLAN salgado</b>									
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.796.711)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
<b>REG/REPLAN não salgado</b>									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(503.340)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.853)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.052)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(79.020)
Valor presente das obrigações	(825.483)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.103)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida:**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
REB	41.381	39.911
Novo Plano	850.860	808.804
<b>Total</b>	<b>892.241</b>	<b>848.715</b>

**(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Causas judiciais	8.941	3.390
<b>Total</b>	<b>8.941</b>	<b>3.390</b>

**Nota 21 – Provisões para causas judiciais****Ativos contingentes:**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

**Provisões e passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (a) Risco provável:

Descrição	31/12/2015	Movimentação em 2016					31/12/2016
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	167.351	29.319	5.897	5.721	(23.464)	(33.886)	150.938
INSS	25.771	26	471	1	(95)	(12.561)	13.613
IPTU	30.153	1.602	1.638	317	-	(8.340)	25.370
ISS	97.665	17.898	3.152	4.440	(23.071)	(5.871)	94.213
Outros	13.762	9.793	636	963	(298)	(7.114)	17.742
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.030.517	496.564	73.679	351.131	(121.679)	(531.447)	3.298.765
Feitos Diversos	762.321	293.369	20.547	42.495	(16.940)	(345.196)	756.596
Poupança - Planos Econômicos	1.276.722	29.137	4.093	290.474	(17.027)	(138.163)	1.445.236
Habitacional	105.272	141.564	3.984	17.653	-	(42.886)	225.587
Contingenciamento do FGTS	886.202	32.494	45.055	509	(87.712)	(5.202)	871.346
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.860.506	592.444	105.813	1.048.451	(351.122)	(988.818)	4.267.274
<b>Total</b>	<b>7.058.374</b>	<b>1.118.327</b>	<b>185.389</b>	<b>1.405.303</b>	<b>(496.265)</b>	<b>(1.554.151)</b>	<b>7.716.977</b>

## (i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31 de dezembro de 2016, correspondem ao total de R\$ 1.546.733 (31/12/2015 – R\$ 1.496.712), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 13.613 (31/12/2015 – R\$ 25.771).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de dezembro de 2016, corresponde ao montante de R\$ 657.331 (31/12/2015 – R\$ 506.743).

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 94.213 (31/12/2015 – R\$ 97.665).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 02 processos de PER/DCOMP não homologados no valor de R\$ 2.735 (31/12/2015 – R\$ 7.795), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

**(ii) Ações trabalhistas**

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2016, constavam 59.105 processos trabalhistas provisionados, sendo 55.606 “não relevantes” e 3.499 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

**(iii) Ações cíveis**

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2016, constavam 332.381 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 330.331 “não relevantes” e 2.050 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de dezembro de 2016, foi provisionado R\$ 1.445.236 (31/12/2015 – R\$ 1.276.722) para estes processos.

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31 de dezembro de 2016, para estes processos foi de R\$ 871.346 (31/12/2015 – R\$ 886.202).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2016, a CAIXA realizou 35.072 acordos processuais (61% referentes a ações indenizatórias e 39% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Risco possível**

Com base na IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Demandas fiscais	5.890.434	5.631.847
Demandas cíveis	1.996.985	1.454.784
<b>Total</b>	<b>7.887.419</b>	<b>7.086.631</b>

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.890.434, em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 - R\$ 5.631.847), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

- O montante de R\$ 89.730 (31/12/2015 – R\$ 82.772), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;
- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.771.962, em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 – R\$ 4.621.164), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 215.203, em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 – R\$ 206.921), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- CSLL, no valor de R\$ 165.782, em 31 de dezembro de 2016 (31/12/2015 – R\$ 155.923), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 248.609 (31/12/2015 – R\$ 233.211), em 31 de dezembro de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

**(ii) Ações cíveis**

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.996.985 (31/12/2015 - R\$ 1.454.784) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Composição dos depósitos judiciais:**

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Demandas fiscais	10.999.076	9.997.452
Demandas cíveis	975.694	917.780
Demandas trabalhistas	3.442.968	2.795.947
<b>Total</b>	<b>15.417.738</b>	<b>13.711.179</b>

**Nota 22 – Passivo fiscal diferido****(a) Movimentação do passivo fiscal diferido**

Descrição	31/12/2015	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) no PL	31/12/2016
Ajuste a valor de mercado	1.899.305	(852.985)	(1.053)	1.045.267
Reserva de reavaliação	127.239	-	(5.423)	121.816
<b>Total</b>	<b>2.026.544</b>	<b>(852.985)</b>	<b>(6.476)</b>	<b>1.167.083</b>

**(b) Demonstração do passivo fiscal diferido pelo valor líquido**

DESCRIÇÃO	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo Fiscal Diferido (a)	Passivo Fiscal Diferido (b)	Passivo Líquido (b) - (a)	Ativo Fiscal Diferido (a)	Passivo Fiscal Diferido (b)	Passivo Líquido (b) - (a)
<b>CAIXA</b>	-	<b>76.488</b>	<b>76.488</b>	-	<b>159.890</b>	<b>159.890</b>
Outros (PASEP/COFINS)	-	76.488	76.488	-	159.890	159.890
<b>CAIXAPAR</b>	<b>58</b>	<b>263.112</b>	<b>263.054</b>	<b>55</b>	<b>264.045</b>	<b>263.990</b>
Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	58	202.454	202.396	55	203.145	203.090
Outros (PASEP/COFINS)	-	60.658	60.658	-	60.900	60.900
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>339.600</b>	<b>339.542</b>	<b>55</b>	<b>423.935</b>	<b>423.880</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 23 – Outras obrigações**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 2.20)
Sociais e estatutárias	681.562	2.414.153
Fiscais e previdenciárias	1.063.422	1.038.753
Programa de recompensas	170.058	116.349
Relações com correspondentes	18.673	17.424
Cobranças e arrecadações de tributos e contribuições	352.816	353.726
Câmbio	898.298	104.235
Obrigação por convênios	886.350	738.562
Recursos em trânsito de terceiros	1.367.973	1.601.269
Credores diversos – país (Nota 23 (a))	14.349.284	14.155.097
Financiamentos imobiliários a liberar	5.287.471	3.777.476
Obrigação por operações vinculadas a cessão	13.935.592	5.392.832
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.078.523	965.690
Outros pagamentos	940.877	716.510
<b>Total</b>	<b>41.030.899</b>	<b>31.392.076</b>

**(a) Credores diversos – País**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 2.20)
Cartões de crédito	7.081.176	7.126.843
Empresa gestora de ativos (EMGEA) (1)	57.178	40.909
Fornecedores	1.114.535	952.810
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	490.437	477.028
Crédito comercial – repasses	70.061	187.549
Crédito imobiliário – repasses	1.167.649	863.872
Obrigações com a união – repasses	50.484	45.777
Contas a pagar	296.926	141.894
Fundo garantidor de créditos – FGC	63.438	59.673
Valores a restituir – penhor	81.649	91.445
Valores a apropriar (2)	3.562.379	3.953.131
Outros credores diversos	313.372	214.166
<b>Total</b>	<b>14.349.284</b>	<b>14.155.097</b>

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza apresentados na Nota 15.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 24 – Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28/03/2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. O artigo 7º deste Decreto foi alterado pelo Decreto nº 8.830, de 04/08/2016, que institui o Capital Social da CAIXA, exclusivamente integralizado pela União Federal, no montante de R\$ 24.837.171, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária de Loterias acumulado até 31/12/2015 no valor de R\$ 2.782.369.

**(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern). Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida celebrados com a União e elegíveis a compor o Capital Principal são classificados como Capital Principal e compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA, em conformidade com os requisitos da IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação e IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração. A tabela a seguir apresenta a posição patrimonial dos contratos:

Discriminação	31/12/2016	31/12/2015
Contrato 348	7.593.569	7.411.895
Contrato 504	7.749.478	7.564.073
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contrato 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
<b>Total</b>	<b>36.453.645</b>	<b>36.086.566</b>

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2016 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2015.

**(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)**

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,54%, acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

**(d) Reservas**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Reserva legal	2.802.527	2.617.409
Reserva estatutária - loterias	511.185	2.782.368
Reservas margem operacional	5.760.998	3.869.513
Remuneração de IHCD à incorporar	520.528	430.152
<b>Total</b>	<b>9.595.238</b>	<b>9.699.442</b>

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 681.562 (31/12/2015 – R\$ 1.757.678) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 306.703 no exercício de 2016 (R\$ 703.072 no exercício de 2015).

Em 2016, foi repassado à União os montantes de R\$ 57.097 a título de dividendos complementares do exercício de 2015 (R\$ 1.800 corresponde/nte à atualização monetária) e de R\$ 681.562 a título de JCP antecipados do exercício 2016.

**(f) Ajustes de avaliação patrimonial**

Conforme indicado na Nota 2.4 (e), os instrumentos financeiros disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

As variações no saldo de ajustes ao valor justo do período são apresentadas na demonstração consolidada de resultado abrangente, onde estão evidenciados os ganhos ou perdas realizados e não realizados no resultado, destacados os respectivos efeitos tributários, determinando o resultado abrangente do período.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 25 – Receitas com juros e similares

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Depósitos interfinanceiros	1.509.958	921.565
Empréstimo e recebíveis com instituições financeiras	23.370.728	16.961.293
Empréstimos e recebíveis com clientes	97.442.237	88.654.960
Ativos financeiros mantidos para negociação	12.172.543	11.313.198
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.044.429	2.230.379
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.410.072	7.241.492
Juros de outros ativos financeiros - FCVS	2.376.574	2.170.073
Créditos vinculados ao Banco Central (1) (Nota 3 (c))	11.233.580	9.192.462
Outras	156.827	221.122
<b>Total</b>	<b>156.716.948</b>	<b>138.906.544</b>

### Nota 26 – Despesas com juros e similares

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015 (Nota 2.20)
Operações com clientes	(58.001.032)	(51.512.659)
Operações com instituições financeiras	(128.834)	(271.511)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(1.912.890)	(1.525.007)
Operações compromissadas	(27.309.470)	(22.647.668)
TVM no exterior	2.105.640	(6.315.017)
Empréstimos, cessões e repasses (Nota 19 (d))	(16.179.377)	(18.415.235)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	25.940	178.950
<b>Total</b>	<b>(101.400.023)</b>	<b>(100.508.147)</b>

### Nota 27 – Receita líquida com taxas e comissões

#### (a) Receita líquida com taxas e comissões

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	21.369.873	20.064.194
Total de receita de prestação de serviços (Nota 27 (b))	16.726.236	16.067.704
Total de rendas de tarifas bancárias (Nota 27 (c))	4.643.637	3.996.490
Total de despesas com taxas e comissões	(319.351)	(321.924)
Administração de fundos e programas	(92.687)	(81.911)
Administração de loterias	(226.664)	(213.535)
Provisão de risco agente operador FGTS	-	(26.478)
<b>Receita líquida com taxas e comissões</b>	<b>21.050.522</b>	<b>19.742.270</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Receita de prestação de serviços**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Tesouro nacional e administração de fundos sociais	7.108.264	6.746.387
Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS)	4.852.492	4.395.989
Fundo de compensação de variações salariais (FCVS)	144.801	136.939
Programa de integração social (PIS)	170.131	118.352
Loterias federais	1.241.334	1.443.206
Financiamento estudantil - (FIES)	500.635	420.125
Fundo de arrendamento residencial (FAR)	69.739	59.353
Repasse secretaria do tesouro nacional (STN)	79.696	118.149
Seguro-desemprego	46.650	52.699
Outros	2.786	1.575
Rendas de cartões	1.464.669	1.534.619
Operações de crédito e garantias prestadas	840.395	1.139.498
Cobrança	913.814	684.586
Arrecadações	2.623.294	2.416.853
Fundos de investimentos e carteiras administradas	1.549.874	1.453.056
Conta corrente	403.965	330.616
Programa de transferência de renda	443.806	349.640
Prestados a ligadas - Fundos de investimento	39.779	36.879
Prestados a ligadas	495.999	545.595
Comissões e taxas sobre operações	420.168	392.047
Comissões e taxas sobre operações - agente financeiro FGTS (1)	(22.725)	-
Outros serviços	444.934	437.928
<b>Total de Receita de prestação de serviços</b>	<b>16.726.236</b>	<b>16.067.704</b>

**(c) Rendas de tarifas bancárias**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Rendas de cartões	621.088	573.807
Operações de crédito e cadastro	794.575	871.184
Pacote de serviços	2.181.256	1.833.679
Contas de depósito	608.611	463.088
Transferência de recursos	242.595	206.486
Outras rendas	195.512	48.246
<b>Total de rendas de tarifas bancárias</b>	<b>4.643.637</b>	<b>3.996.490</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 28 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros**

**(a) Ganhos e perdas com a negociação de ativos e passivos financeiros**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>Ativos financeiros para negociação</b>	<b>60.693</b>	<b>(1.446.039)</b>
Títulos públicos – Brasil	60.693	(1.446.039)
Notas do tesouro nacional	(142.447)	(340.213)
Letras financeiras do tesouro	97	144
Letras do tesouro nacional	203.043	(1.105.970)
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>(12.689)</b>	<b>(15.702)</b>
Títulos privados	(12.689)	(15.702)
Cotas de fundos	(12.689)	(15.702)
<b>Carteiras comerciais adquiridas</b>	<b>(158.885)</b>	<b>(732.590)</b>
<b>Carteiras comerciais cedidas</b>	<b>(2.835.435)</b>	<b>(2.815.517)</b>
<b>Outros</b>	<b>(10.683)</b>	<b>(8.444)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.956.999)</b>	<b>(5.018.292)</b>

**(b) Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>Ativos financeiros para negociação</b>	<b>5.408.586</b>	<b>(2.235.872)</b>
Títulos públicos - Brasil	5.313.675	(2.160.554)
Letras do tesouro nacional	5.010.726	(1.857.463)
Notas do tesouro nacional	321.647	(305.938)
Letras financeiras do tesouro	(18.698)	2.847
Títulos privados	94.911	(75.318)
Debêntures	94.887	(75.299)
Certificado de recebíveis imobiliários	24	(19)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>(8.892.853)</b>	<b>8.874.066</b>
<b>Total</b>	<b>(3.484.267)</b>	<b>6.638.194</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 29 – Ganhos e perdas com operações de câmbio

O resultado de câmbio decorre da variação da taxa de câmbio das disponibilidades em moeda estrangeira.

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>Receita</b>	<b>706.355</b>	<b>34.797.886</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	706.355	34.659.800
Outras	-	138.086
<b>Despesa</b>	<b>(1.931.641)</b>	<b>(32.106.800)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(1.931.641)	(32.106.079)
Outras	-	(721)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>(1.225.286)</b>	<b>2.691.086</b>

## Nota 30 – Outras receitas operacionais

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Recuperação de despesas	1.574.077	1.346.950
Reversão de outras provisões operacionais	1.025.531	1.162.070
Atualização de depósitos em garantia	961.805	881.010
Receita de deságio na aquisição de royalties	76.647	13.191
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS	58	116.597
Atualização monetária sobre operações diversas	437.695	691.536
Outras rendas de cartão de crédito	36.263	62.804
Ganhos de capital	62.537	75.363
Outras receitas operacionais	778.538	475.963
<b>Total</b>	<b>4.953.151</b>	<b>4.825.484</b>

## Nota 31 – Despesas com pessoal

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>Proventos</b>	<b>(13.596.936)</b>	<b>(12.608.225)</b>
Salários e proventos	(12.228.958)	(11.398.036)
Indenizações trabalhistas	(1.367.978)	(1.210.189)
<b>Benefícios</b>	<b>(2.427.698)</b>	<b>(2.377.275)</b>
<b>Encargos sociais:</b>	<b>(4.852.138)</b>	<b>(4.605.569)</b>
FGTS	(927.091)	(858.112)
Previdência social	(2.789.681)	(2.647.483)
Prev. complementar	(854.972)	(827.555)
Outros encargos	(280.394)	(272.419)
<b>Outros</b>	<b>(171.206)</b>	<b>(165.966)</b>
<b>Total</b>	<b>(21.047.978)</b>	<b>(19.757.035)</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 32 – Outras despesas administrativas**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Comunicações	(568.914)	(589.812)
Manutenção e conservação de bens	(932.866)	(901.807)
Água e energia	(486.341)	(447.210)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.533.196)	(1.458.044)
Material	(138.881)	(178.180)
Processamento de dados	(1.644.276)	(1.435.875)
Promoções e relações públicas	(366.957)	(372.280)
Propaganda e publicidade	(409.644)	(379.490)
Sistema financeiro	(553.620)	(516.953)
Serviços de terceiros	(1.802.737)	(1.700.434)
Serviços especializados	(550.712)	(654.298)
Vigilância e segurança	(850.387)	(800.956)
Outras	(560.074)	(443.415)
<b>Total</b>	<b>(10.398.605)</b>	<b>(9.878.754)</b>

**Nota 33 – Perdas com ativos financeiros**

**(a) Composição – Demonstrações consolidadas do resultado**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Constituição PDD - Empréstimos e recebíveis (Nota 33 (b)) (1)	(11.306.782)	(5.026.104)
Resultado com renegociações	458.062	258.287
Outros ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	(3.178.066)	(11.263.461)
<b>Total</b>	<b>(14.026.786)</b>	<b>(16.031.278)</b>

(1) Provisão para redução ao valor de recuperação.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Perdas com empréstimos e recebíveis com clientes

Em 2016:

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos imobiliários (habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
<b>Movimentação</b>							
<b>Em 1º janeiro de 2016</b>	<b>12.822.707</b>	<b>5.577.336</b>	<b>347.043</b>	<b>2.321.814</b>	<b>114.392</b>	<b>977.385</b>	<b>22.160.677</b>
Constituição (reversão) de provisão no exercício	(6.933.450)	(2.178.743)	(245.938)	(1.494.358)	(114.667)	(339.626)	(11.306.782)
Transferência para prejuízo	4.858.312	3.792.453	281.173	738.928	1.794.725	3.682	11.469.273
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>10.747.569</b>	<b>7.191.046</b>	<b>382.278</b>	<b>1.566.384</b>	<b>1.794.450</b>	<b>641.441</b>	<b>22.323.168</b>
Provisão individual	215.052	-	-	14.185	16.631	21.437	267.305
Provisão coletiva	10.532.517	7.191.046	382.278	1.552.199	1.777.819	620.004	22.055.863
<b>Total</b>	<b>10.747.569</b>	<b>7.191.046</b>	<b>382.278</b>	<b>1.566.384</b>	<b>1.794.450</b>	<b>641.441</b>	<b>22.323.168</b>

Em 2015:

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos imobiliários (habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
<b>Movimentação</b>							
<b>Em 1º janeiro de 2015</b>	<b>11.096.557</b>	<b>3.975.101</b>	<b>52.005</b>	<b>1.555.992</b>	<b>724.337</b>	<b>536.399</b>	<b>17.940.391</b>
Constituição (reversão) de provisão no exercício	(606.103)	4.000.489	376.370	1.416.996	(609.936)	448.288	5.026.104
Transferência para prejuízo	2.332.253	(2.398.254)	(81.332)	(651.174)	(9)	(7.302)	(805.818)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.822.707</b>	<b>5.577.336</b>	<b>347.043</b>	<b>2.321.814</b>	<b>114.392</b>	<b>977.385</b>	<b>22.160.677</b>
Provisão individual	216.351	-	-	14.189	16.755	26.491	273.786
Provisão coletiva	12.606.356	5.577.336	347.043	2.307.625	97.637	950.894	21.886.891
<b>Total</b>	<b>12.822.707</b>	<b>5.577.336</b>	<b>347.043</b>	<b>2.321.814</b>	<b>114.392</b>	<b>977.385</b>	<b>22.160.677</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 34 – Outras despesas operacionais

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
FCVS a receber - provisão/perdas	(230.418)	(238.554)
Obrigações com fundos e programas	(1.043.972)	(965.078)
Desp. com cartão	(1.057.910)	(1.147.789)
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	(2.232.126)	(2.201.406)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(467.559)	(492.321)
Serviços automatizados	(435.587)	(344.814)
Alavancagem de negócios	(831.823)	(613.179)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(482.022)	(609.205)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(459.460)	(397.724)
Desp. com operações de fomento - atualização monetária	(10.996)	(305.673)
Despesas com provisões operacionais	(283.165)	(415.569)
Condenações judiciais	(120.376)	(99.162)
Benefícios sociais	(220.755)	(176.525)
Benefício pós-emprego	(2.266.951)	(1.700.218)
Indenizações por perdas e danos	(286.705)	(267.348)
Perdas em cartões de crédito	(4.398)	(54.142)
Prejuízos com saque eletrônico fraudulento	(102.333)	(174.918)
Ajustes operacionais em operações de crédito (1)	(615.173)	(1.034.033)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	-	(108.257)
Outras	(612.929)	(1.010.976)
<b>Total</b>	<b>(11.764.658)</b>	<b>(12.356.891)</b>

- (1) Variação apresentada em 2015 refere-se à correção do valor de dívida de operações de crédito que estavam com atualização de encargos de atraso em desacordo com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999. Este acréscimo de despesa é anulado pela receita com reversão de provisões para crédito de liquidação duvidosa.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 35 – Impostos

## (a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015 (Nota 2.20)
Lucro operacional antes da tributação	8.822.240	1.750.719
Impostos correntes	(740.053)	(206.851)
Impostos diferidos	(1.016.128)	6.277.164
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.066.059</b>	<b>7.821.032</b>

## (b) Impostos correntes

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015 (Nota 2.20)
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>	<b>8.822.240</b>	<b>1.750.719</b>
Encargo IRPJ e CSLL	(3.649.759)	(787.800)
Efeitos tributários adições e exclusões	(197.604)	(1.193.844)
Juros sobre o capital próprio	528.188	703.072
Participação em coligadas e controladas	240.014	142.237
Outros	382.198	327.799
Ajuste IFRS	1.956.910	601.685
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>(740.053)</b>	<b>(206.851)</b>

## (c) Despesas tributárias

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015 (Nota 2.20)
Contribuição COFINS	(2.520.644)	(2.353.909)
PIS/PASEP	(415.655)	(380.551)
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(645.538)	(616.274)
Despesas com IPTU	(73.338)	(67.190)
Outras	(71.307)	(56.861)
<b>Total</b>	<b>(3.726.482)</b>	<b>(3.474.785)</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 36 – Gestão de riscos****(a) Considerações iniciais**

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional, operacional e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e a capacidade da CAIXA de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, opção Administração de Riscos.

**(b) Estrutura de gestão de riscos e capital**

As estruturas de gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional da CAIXA, compostas por políticas, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, são responsáveis pela efetiva gestão de capital e por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar as exposições a esses riscos.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da CAIXA.

As atividades de administração de riscos e capital são segregadas das atividades negociais e de auditoria, com estruturas de desenvolvimento e monitoramento dos modelos independentes, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Participam diretamente da administração dos riscos e do capital da CAIXA: o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, o Comitê de Risco e Capital, a Vice-Presidência de Riscos, a Diretoria Executiva de Riscos, as Superintendências Nacionais de Administração de Risco Corporativo, de Controles Institucionais e de Risco de Crédito do Tomador e de Operação, além da Auditoria Interna.

As demais unidades da Instituição complementam o papel das mencionadas anteriormente e são unidades indiretas de gerenciamento de capital e dos riscos.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu “SOBRE A CAIXA”.

**(i) Conselho de Administração**

O Conselho de Administração, órgão de orientação geral dos negócios da CAIXA, é responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos, e também pelo monitoramento e avaliação de seus resultados.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Responsável pela aprovação da política de capital, de riscos e respectivos limites de exposição ao risco, manifestando-se expressamente acerca da correção tempestiva de deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de capital e de cada risco tratado nessas políticas.

**(ii) Conselho Diretor**

Responsável por aprovar e encaminhar ao Conselho de Administração a política de capital, de riscos e os respectivos limites de exposição a risco; manifestar-se expressamente sobre a correção tempestiva das deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de cada risco tratado na política; e indicar, ao Banco Central do Brasil, o Vice-Presidente responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

**(iii) Comitê de Risco e Capital**

O Comitê de Risco e Capital é um órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete deliberar sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA e garantir seu alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas.

Esse Comitê tem como finalidade principal propor as políticas e estratégias para gestão de riscos, capital, recuperação de crédito e controles internos, propor limites globais de exposição a riscos, definir e acompanhar a alocação e limites de capital em função dos riscos, coordenar a construção do apetite de risco com demais áreas da CAIXA e subsidiar a decisão do Conselho Diretor.

**(iv) Vice-Presidência de Riscos**

Responsável por implantar políticas, metodologias, procedimentos e sistemas para gestão de capital, dos controles internos, do risco corporativo, do risco de clientes tomadores de crédito e respectivas operações e a manutenção e recuperação dos ativos.

**(v) Diretoria Executiva de Riscos**

Responsável por administrar, supervisionar e coordenar a execução das estratégias na área de gestão de capital e de riscos da CAIXA, dentre elas, a avaliação de risco do tomador de crédito de clientes e operações e a administração do risco corporativo.

**(vi) Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo**

Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e propor alternativas de mitigação dos riscos de crédito de carteira, mercado, liquidez e operacional em cenários de normalidade e de estresse, além de propor ao Comitê de Risco e Capital a Política de Gerenciamento de Risco e os limites de exposição a riscos.

Também é responsável pela gestão do capital, do Programa de Continuidade de Negócios da CAIXA, da Política de Segurança da Informação da Instituição e pela coordenação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e operacional.

**(vii) Superintendência Nacional de Risco de Crédito**

Responsável por gerir o risco de crédito de clientes e de operações da CAIXA, definir os limites de crédito para cada classificação de risco e prestar serviços de análise de risco de crédito de terceiros.

**(viii) Superintendência Nacional de Controle Institucional**

Responsável por gerir o sistema de controle interno para o cumprimento das políticas e objetivos empresariais, preservar a sustentabilidade da organização e monitorar os modelos usados para avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, para a conformidade e controle da CAIXA.

**(ix) Auditoria Interna**

Responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação das práticas, processos, procedimentos, modelos e sistemas implantados para as atividades de gestão de capital e para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(x) Demais unidades**

Responsáveis por cumprir e fazer cumprir a política de gerenciamento de risco e de capital em seu âmbito de atuação, disseminando cultura que enfatize e demonstre a importância da administração de riscos e da gestão de capital junto aos seus colaboradores.

**(c) Risco operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA está em consonância com as diretrizes da instituição, com a Resolução CMN 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e também está fundamentado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Entre as suas atividades estão a identificação, a avaliação, a monitoração, o controle e a mitigação de riscos, inserindo nesse contexto os serviços terceirizados considerados relevantes para o funcionamento regular da empresa.

**(i) Identificação**

O processo de identificação dos riscos operacionais abrange toda a CAIXA desde os produtos e serviços a serem lançados até aqueles já disponíveis aos clientes, e considera tanto os fatores externos quanto os internos que podem afetar adversamente seus resultados financeiros.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional permeiam todas as áreas da CAIXA, por meio do mapeamento das atividades nas respectivas unidades. Além do mapeamento, outro instrumento utilizado para a identificação é a autoavaliação de riscos e controles, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*). Essa autoavaliação é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, o nível de criticidade e os controles adotados para a redução desses eventos.

**(ii) Avaliação**

Os riscos identificados são avaliados qualitativa e quantitativamente.

**• Avaliação qualitativa**

Utiliza-se metodologia que agrega informações de gravidade, urgência e tendência, além de apontar os indicadores-chave de risco, que permitem uma visão antecipada de exposições a ocorrências de eventos de Risco Operacional.

A autoavaliação, em virtude das características de sua aplicação, também permite estimar a frequência e a severidade dos riscos operacionais identificados.

**• Avaliação quantitativa (Mensuração)**

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas com o objetivo de analisar o histórico das perdas decorrentes de risco operacional, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar simulações para alocação de capital pelo modelo AMA, por meio do cálculo do VaR Operacional, visando futura candidatura ao modelo interno. A CAIXA utiliza a metodologia *Loss Distribution Approach - LDA* para a realização dessas simulações.

**(iii) Metodologia de cálculo adotada na CAIXA**

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a metodologia de cálculo adotada na CAIXA, entretanto, foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nas três abordagens (BIA, ASA e ASA2), previstas na Circular BACEN 3.640/2014.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iv) Modelos internos**

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

**(v) Monitoramento, controle operacional e mitigação**

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

**(vi) Gestão da continuidade dos negócios**

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

**(vii) Gestão da Segurança da Informação**

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas na construção e consolidação de procedimentos, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(viii) Gestão de crises**

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações, principalmente, com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

**(ix) Transparência e divulgação**

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

**(d) Risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte ou parte intermediadora ou conveniente de operações de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, rating das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Objetivando ainda gerir o risco de crédito, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira recebem reavaliações periódicas, as operações de varejo utilizam modelos de Behaviour Scoring e nas demais exposições aplica-se a reavaliação de rating.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (i) Mensuração de risco de crédito

Os modelos de mensuração dos indicadores de monitoramento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por meio de modelos baseados em critérios consistentes, com o objetivo de inferir o risco esperado em uma operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring (CS) ou de análise de especialista, a depender das características do tomador e da operação.

As operações em carteira são reavaliadas periodicamente, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behaviour Scoring (BS) nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

### (ii) Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias e instrumentos de melhoria de crédito:

Descrição	Exposição máxima	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Empréstimos e recebíveis com clientes</b>	<b>695.221.004</b>	<b>660.567.434</b>
Empréstimos e títulos descontados	158.728.174	155.202.933
Financiamentos	20.666.968	28.148.329
Financiamentos de infraestrutura/desenvolvimento	76.610.895	70.772.362
Financiamentos imobiliários	420.045.949	388.306.328
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.855.269	7.150.818
Outros créditos	12.313.749	10.986.664
<b>Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras</b>	<b>173.228.466</b>	<b>167.730.343</b>
Depósitos interfinanceiros	12.429.265	10.376.649
Operações compromissadas	144.645.896	143.111.942
Direitos a receber	735.567	530.573
Devedores por depósito em garantia	15.417.738	13.711.179
<b>Outros empréstimos e recebíveis</b>	<b>28.111.790</b>	<b>26.162.028</b>
Outros recebíveis (SFH)	28.111.790	26.162.028
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>109.225.218</b>	<b>102.621.431</b>
Títulos públicos	107.686.091	97.657.323
Títulos privados	660.312	822.987
Derivativos	878.815	4.141.121
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>23.187.687</b>	<b>15.488.532</b>
Títulos públicos	5.286.757	368.300
Títulos privados	17.900.930	15.120.232
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>49.491.594</b>	<b>64.212.206</b>
Títulos públicos	47.216.422	64.140.525
Títulos privados	2.275.172	71.681

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iii) Empréstimos e recebíveis**

2016							
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura / desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos rurais e agroindustriais	Outros créditos	Total
Em dia e sem impairment	146.744.616	15.812.637	72.740.132	325.591.930	6.819.668	12.907.989	580.616.972
Vencidos, mas não em impairment	16.192.138	7.736.221	5.230.708	93.239.284	231.177	39.017	122.668.545
Vencidos em impairment	6.538.989	4.309.156	434.505	2.781.119	186.702	8.184	14.258.655
<b>Total da carteira</b>	<b>169.475.743</b>	<b>27.858.014</b>	<b>78.405.345</b>	<b>421.612.333</b>	<b>7.237.547</b>	<b>12.955.190</b>	<b>717.544.172</b>
<b>Provisão:</b>	<b>(10.747.569)</b>	<b>(7.191.046)</b>	<b>(1.794.450)</b>	<b>(1.566.384)</b>	<b>(382.278)</b>	<b>(641.441)</b>	<b>(22.323.168)</b>
Provisão individual	(215.052)	-	(16.631)	(14.185)	-	(21.437)	(267.305)
Provisão coletiva da carteira	(10.532.517)	(7.191.046)	(1.777.819)	(1.552.199)	(382.278)	(620.004)	(22.055.863)
<b>Carteira líquida de provisão</b>	<b>158.728.174</b>	<b>20.666.968</b>	<b>76.610.895</b>	<b>420.045.949</b>	<b>6.855.269</b>	<b>12.313.749</b>	<b>695.221.004</b>

2015							
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura / desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos rurais e agroindustriais	Outros créditos	Total
Em dia e sem impairment	133.950.503	20.440.372	68.406.490	320.280.040	7.044.407	11.830.533	561.952.345
Vencidos, mas não em impairment	26.276.902	8.878.033	2.221.955	66.845.539	282.062	37.667	104.542.158
Vencidos em impairment	7.798.235	4.407.260	258.309	3.502.563	171.392	95.849	16.233.608
<b>Total da carteira</b>	<b>168.025.640</b>	<b>33.725.665</b>	<b>70.886.754</b>	<b>390.628.142</b>	<b>7.497.861</b>	<b>11.964.049</b>	<b>682.728.111</b>
<b>Provisão:</b>	<b>(12.822.707)</b>	<b>(5.577.336)</b>	<b>(114.392)</b>	<b>(2.321.814)</b>	<b>(347.043)</b>	<b>(977.385)</b>	<b>(22.160.677)</b>
Provisão individual	(216.351)	-	(16.755)	(14.189)	-	(26.491)	(273.786)
Provisão coletiva da carteira	(12.606.356)	(5.577.336)	(97.637)	(2.307.625)	(347.043)	(950.894)	(21.886.891)
<b>Carteira líquida de provisão</b>	<b>155.202.933</b>	<b>28.148.329</b>	<b>70.772.362</b>	<b>388.306.328</b>	<b>7.150.818</b>	<b>10.986.664</b>	<b>660.567.434</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iv) Empréstimos por faixa de rating**

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e títulos descontados	30.391.918	25.572.700	43.431.071	30.700.339	9.462.061	4.058.300	2.118.077	1.827.880	21.913.397	169.475.743	168.025.640
Financiamentos	12.661.638	9.131.622	2.813.237	2.734.075	1.433.786	446.821	272.485	225.658	(1.861.308)	27.858.014	33.725.665
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.077.785	2.558.480	1.845.420	1.135.142	238.357	55.480	39.039	28.109	259.735	7.237.547	7.497.860
Financiamentos imobiliários	277.699.102	36.778.349	42.211.388	37.039.410	15.623.022	2.516.952	1.358.580	879.203	7.506.327	421.612.333	390.628.142
Financiamentos de infraestrutura	49.487.403	11.569.788	5.309.109	6.893.761	2.454.176	-	1.524.648	353.403	813.057	78.405.345	70.886.754
Outros créditos	3.948.035	5.968.224	1.000.050	951.411	541.057	121.364	61.433	23.054	340.562	12.955.190	11.964.050
<b>Total</b>	<b>375.265.881</b>	<b>91.579.163</b>	<b>96.610.275</b>	<b>79.454.138</b>	<b>29.752.459</b>	<b>7.198.917</b>	<b>5.374.262</b>	<b>3.337.307</b>	<b>28.971.770</b>	<b>717.544.172</b>	<b>682.728.111</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (v) Empréstimos renegociados

Carteira	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>Operações renegociadas</b>	<b>15.242.818</b>	<b>13.004.376</b>
Comercial	14.331.430	12.532.483
Habitacional	911.388	471.893
<b>Operações recuperadas</b>	<b>2.344.390</b>	<b>2.460.437</b>
Operações comerciais	1.649.367	1.950.470
Operações habitacionais	695.023	509.967

Contratos renegociados que, de outra forma, teriam acarretado evidência de Impairment.

## (vi) Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a análise dos instrumentos de dívida pelo rating atribuído de acordo com os modelos internos.

Faixas de rating	Mantidos para negociação		Disponíveis para venda		Mantidos até o vencimento	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Rating AAA	108.564.906	101.813.571	16.188.685	8.974.274	49.064.086	64.140.525
Rating AA	457	1.103	2.851.559	1.760.888	65.643	8.303
Rating A	-	-	1.247.472	4.025.419	-	63.378
Rating B	-	806.757	1.744.175	727.951	-	-
Rating D	659.855	-	-	-	-	-
Rating E	-	-	1.155.796	-	-	-
Rating F	-	-	-	-	361.865	-
Outros <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>109.225.218</b>	<b>102.621.431</b>	<b>23.187.687</b>	<b>15.488.532</b>	<b>49.491.594</b>	<b>64.212.206</b>

(1) Instrumentos financeiros constituídos por fundos de investimentos em participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não possuem categorização em faixas de rating para fins de provisão, uma vez que a exposição a esses veículos é o próprio volume de recursos investidos e cujo risco de crédito já está refletido no valor das cotas. Tais valores estão classificados como Disponíveis para Venda.

## (vii) Recuperação de garantias

A CAIXA obteve ativos por meio de tomada de posse de garantias de contratos celebrados, conforme demonstrado a seguir:

Carteira	Exercício 2016	Exercício 2015
Comercial	192.826	152.538
Habitacional	2.079.728	987.158

## (e) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da CAIXA é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e com a dimensão de sua exposição a este risco. As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e aos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

As atividades de gerenciamento do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

### (i) Mensuração do risco de mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos. Para que a marcação a mercado seja realizada, é necessário identificar todas as posições mantidas pela Instituição, calcular seus fluxos de caixa e descontá-los pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio de estruturas a termo de taxas de juros, que são estimadas a partir de informações de taxas ou preços obtidas em fontes primárias, e tem como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Para os papéis de baixa ou nenhuma liquidez são utilizadas taxas que buscam refletir da melhor forma possível o provável preço de negociação, de maneira conservadora e observando as melhores práticas de mercado.

### (ii) Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec.

É considerada violação o resultado negativo, perdas não realizadas, maior que o VaR projetado para o dia, devendo a contagem destes resultados em determinado período estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido pelo modelo.

Os testes são realizados a partir dos resultados efetivos, que consideram as variações diárias dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e dos ganhos ou perdas resultantes das compras e vendas, e hipotéticos, calculados a partir das variações diárias das curvas de mercado.

### (iii) Carteira Trading por tipo de risco

A tabela a seguir apresenta o VaR da carteira de negociação da CAIXA.

Valor em risco em cenário de normalidade <sup>(1)</sup>		
Fatores de risco	31/12/2016	31/12/2015
PRE	15.199	23.523
Cupom IPCA	2.492	12.285
Cupom SELIC	(39)	-
<b>VaR com ED</b>	<b>17.652</b>	<b>35.808</b>

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iv) Risco de moedas**

O quadro abaixo apresenta o balanço, por moedas, totalizando os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira.

Descrição	Dólar	Euro	Iene	Outros	Total
Ativo (direitos)	1.348.615	26.082	67.393	1.317	1.443.407
Passivo (obrigações)	19.206.207	16.664	48.253	745	19.271.869
<b>Posição Líquida</b>	<b>(17.857.592)</b>	<b>9.418</b>	<b>19.140</b>	<b>572</b>	<b>(17.828.462)</b>

**(v) Testes de estresse**

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

Para o período compreendido entre 2000 e 2003 os cenários de estresse históricos são vinculados a datas conhecidas nas quais ocorreram eventos que geraram variações significativas no mercado de juros, com a construção de cenário predefinido de choques multiplicativos para cada data, que são aplicados às curvas de mercado da data para cálculo do VaR de Estresse.

A análise de cenários históricos posteriores a 2003 se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê Delegado de Risco e de Capital, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Conforme determina a Resolução CMN nº 4.090, de 24 de maio de 2012, a CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta conversibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As novas operações, produtos ou atividades têm seus riscos avaliados previamente e analisada sua adequação ao nível de risco de liquidez aceito pela Instituição.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Passivos financeiros para gerenciamento do risco de liquidez:**

Passivos financeiros	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	31/12/2016
<b>Captação no mercado</b>	<b>375.067.951</b>	<b>180.599.394</b>	<b>47.755.798</b>	<b>222.289.794</b>	<b>825.712.937</b>
<b>Depósitos</b>	<b>375.067.951</b>	<b>5.791.147</b>	<b>22.256.244</b>	<b>109.075.169</b>	<b>512.190.511</b>
Depósitos à vista	31.882.854	-	-	-	31.882.854
Depósitos de poupança	252.403.109	-	-	-	252.403.109
Depósitos Interfinanceiros	-	151.949	163.453	292.877	608.279
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	11.649	5.639.198	22.092.791	108.782.292	136.525.930
Depósitos judiciais	74.163.397	-	-	-	74.163.397
Depósitos especiais	16.606.897	-	-	-	16.606.897
Outros depósitos	45	-	-	-	45
<b>Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF)</b>	<b>-</b>	<b>24.127.422</b>	<b>25.499.554</b>	<b>91.286.307</b>	<b>140.913.283</b>
<b>Captação no mercado aberto (Compromissadas)</b>	<b>-</b>	<b>150.680.825</b>	<b>-</b>	<b>8.747.172</b>	<b>159.427.997</b>
<b>Obrigações por TVM no exterior</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.181.146</b>	<b>13.181.146</b>

Passivos financeiros	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	31/12/2015
<b>Captação no mercado</b>	<b>346.371.863</b>	<b>216.412.928</b>	<b>83.436.391</b>	<b>173.089.840</b>	<b>819.311.022</b>
<b>Depósitos</b>	<b>346.371.863</b>	<b>8.331.711</b>	<b>13.421.361</b>	<b>87.534.507</b>	<b>455.659.442</b>
Depósitos à vista	27.414.590	-	-	-	27.414.590
Depósitos de poupança	242.359.934	-	-	-	242.359.934
Depósitos Interfinanceiros	-	1.813.107	240.153	373.367	2.426.627
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	11.943	6.518.604	13.181.208	87.161.140	106.872.895
Depósitos judiciais	62.031.799	-	-	-	62.031.799
Depósitos especiais	14.540.011	-	-	-	14.540.011
Outros depósitos	13.586	-	-	-	13.586
<b>Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF)</b>	<b>-</b>	<b>21.483.759</b>	<b>70.015.030</b>	<b>62.188.626</b>	<b>153.687.415</b>
<b>Captação no mercado aberto (Compromissadas)</b>	<b>-</b>	<b>186.597.458</b>	<b>-</b>	<b>7.663.763</b>	<b>194.261.221</b>
<b>Obrigações por TVM no exterior</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.702.944</b>	<b>15.702.944</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(g) Valor justo de ativos e passivos financeiros**
**(i) Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado**

Operações	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>12.429.265</b>	<b>10.376.648</b>	<b>12.429.667</b>	<b>10.376.993</b>
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>144.645.896</b>	<b>143.111.942</b>	<b>144.595.084</b>	<b>143.111.942</b>
<b>TVM mantidos até o vencimento</b>	<b>49.491.594</b>	<b>64.212.207</b>	<b>50.905.700</b>	<b>60.368.808</b>
<b>Operações de crédito e outros créditos</b>	<b>683.423.710</b>	<b>662.119.119</b>	<b>626.241.579</b>	<b>588.297.509</b>
Comercial	191.767.880	199.664.957	208.162.537	213.447.169
Habitação	405.495.273	384.175.883	342.401.818	317.248.681
Infraestrutura/desenvolvimento	78.379.488	70.658.301	67.896.155	49.981.681
Outros créditos	7.781.069	7.619.978	7.781.069	7.619.978
<b>Captações de recursos</b>	<b>291.527.948</b>	<b>276.941.479</b>	<b>298.464.519</b>	<b>281.422.870</b>
CDB/RDB	137.433.519	107.551.120	139.001.542	108.017.121
LCI LH	140.913.283	153.687.415	145.806.273	156.956.988
Obrigações por TVM no exterior	13.181.146	15.702.944	13.656.704	16.448.761
<b>Captação em operações compromissadas</b>	<b>159.427.997</b>	<b>194.364.507</b>	<b>159.509.724</b>	<b>194.364.365</b>
<b>Obrigações p/ empréstimos e repasses e outras obrigações</b>	<b>239.472.800</b>	<b>217.538.099</b>	<b>178.245.547</b>	<b>140.358.592</b>
Exterior	5.425.078	14.337.557	5.448.083	14.382.740
Tesouro	53.145	44.677	51.303	46.530
FGTS	204.156.954	172.210.084	147.563.794	108.847.521
BNDES	28.894.894	29.823.211	24.349.112	16.229.536
Depósitos com remuneração	942.729	1.122.570	833.255	852.265
<b>Instrumentos de dívida elegíveis a capital</b>	<b>28.541.406</b>	<b>24.118.920</b>	<b>18.599.007</b>	<b>14.500.124</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(ii) Hierarquia do Fair Value**

O IFRS 7 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.

Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.

Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

No Nível 1, o preço de títulos de renda fixa é determinado pela média dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios no dia da apuração. Para as ações listadas em bolsa e para derivativos padronizados o preço de mercado corresponde ao preço de fechamento no dia.

Na inexistência de divulgação de negociações em mercado, consideram-se os preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas por entidades de mercado confiáveis e representativas, tais como ANBIMA. Tal situação se enquadra na hierarquia de valor do Nível 2.

Quando as técnicas de avaliação não se enquadram nos Níveis 1 e 2, o valor justo é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A estrutura a termo será composta pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma curva da BM&F com características semelhantes, ou ainda, será utilizada a curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis, quando disponível.

A CAIXA considera os preços de mercado relevantes e observáveis em suas mensurações, sempre que possível.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (iii) Ativos mensurados ao valor justo por nível de hierarquia

## Em 2016:

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	-	-	-
Títulos públicos	-	107.686.089	-
Títulos privados	-	1.539.129	-
<b>Total 1</b>	-	<b>109.225.218</b>	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	-	-	-
Títulos públicos	-	5.053.580	-
Títulos privados	7.055.169	10.936.494	142.444
<b>Total 2</b>	<b>7.055.169</b>	<b>15.990.074</b>	<b>142.444</b>
<b>Total</b>	<b>7.055.169</b>	<b>125.215.292</b>	<b>142.444</b>

## Em 2015:

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	-	-	-
Títulos públicos	-	97.657.322	-
Títulos privados	15.128	4.948.981	-
<b>Total 1</b>	<b>15.128</b>	<b>102.606.303</b>	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	-	-	-
Títulos públicos	-	1.124.447	-
Títulos privados	5.231.782	8.985.720	146.583
<b>Total 2</b>	<b>5.231.782</b>	<b>10.110.167</b>	<b>146.583</b>
<b>Total</b>	<b>5.246.910</b>	<b>112.716.470</b>	<b>146.583</b>

## (iv) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade é realizada de acordo com a Instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, e permite verificar o impacto de variações nas taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

As análises para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de sensibilidade das posições relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos financeiros – 31/12/2016				
Descrição	Risco	Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(238.625)	(5.711.781)	(10.901.015)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(12.739)	(351.872)	(740.264)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(22.620)	(630.076)	(1.301.128)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(184)	(4.882)	(10.721)

**(h) Gestão de capital**

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11 e a Carta-Circular BACEN nº 3.685/14.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (i) Exigência de capital regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>77.719.299</b>	<b>78.962.391</b>
<b>Nível I</b>	<b>54.397.312</b>	<b>55.537.056</b>
Capital Principal – CP	54.397.312	55.537.056
Patrimônio Líquido (1)	27.179.943	26.616.877
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.453.644	36.086.566
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	-	(1.646.635)
Ajustes prudenciais	(9.236.275)	(5.519.752)
Capital Complementar – CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
<b>Nível II</b>	<b>23.321.987</b>	<b>23.425.335</b>
Instrumentos de dívida subordinada	22.446.278	21.850.246
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(722.282)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.122.092)	-
Notas subordinadas	1.681.237	2.014.328
Letras financeiras	336.890	293.957
Letras financeiras (dedução 20%)	-	(2.453)
Letras financeiras (dedução 40%)	(5.667)	(8.461)
Letras financeiras (dedução 60%)	(14.659)	-
<b>Ativos ponderados pelo risco – RWA</b>	<b>574.167.634</b>	<b>547.136.671</b>
Risco de crédito - $RWA_{CPAD}$	509.291.713	504.257.301
Risco de mercado – carteira de negociação - $RWA_{MPAD}$	12.094.327	2.529.614
Taxa de juros – $RWA_{JUR}$	6.362.640	1.715.595
Commodities – $RWA_{COM}$	1.809.534	-
Ações – $RWA_{ACS}$	-	-
Câmbio – $RWA_{CAM}$	3.922.153	814.019
Risco operacional - $RWA_{OPAD}$	52.781.594	40.349.756
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR <math>RWA \times \text{Fator F}</math></b>	<b>56.699.054</b>	<b>60.185.033</b>
<b>Risco de mercado – carteira de não negociação - <math>R_{BAN}</math></b>	<b>6.912.474</b>	<b>8.226.904</b>
<b>Margem de capital (PR - PRMR - <math>R_{BAN}</math>)</b>	<b>14.107.772</b>	<b>10.550.454</b>
<b>Índice de capital principal (CP / RWA)</b>	<b>9,47%</b>	<b>10,15%</b>
<b>Índice de capital nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>9,47%</b>	<b>10,15%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>13,54%</b>	<b>14,43%</b>
<b>Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)</b>	<b>9,88%</b>	<b>11,00%</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (j) Basileia III

O Comitê de Basileia publicou em junho de 2011 a revisão do documento *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* (publicado originalmente em dezembro de 2010) como resposta à necessidade de regulação internacional diante da crise financeira e bancária de 2008.

Em linha com a norma do comitê de basileia, o Banco Central do Brasil divulgou, em 1º de março de 2014, as resoluções do conselho monetário nacional nº. 4.192 e 4.193, que normatizam no Brasil as recomendações do comitê de supervisão bancária de basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, introduzindo novos conceitos ao patrimônio de referência, bem como determinando os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para risco de crédito, de mercado e operacional.

As novas regras constituem um conjunto de recomendações de melhores práticas que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem perdas, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. A vigência das resoluções supracitadas iniciou-se em 1º de outubro de 2014 com determinação de cronograma visando a implementação total dos indicadores até 1º de janeiro de 2019.

Nas regras de basileia III, a estrutura do PR sofreu modificações. O PR continua correspondendo à soma do nível I e do nível II, contudo, o nível I é segmentado em capital principal e capital complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, além do índice de basileia.

$$PR = \text{Nível I} + \text{Nível II} + \text{Nível III}$$

$$PR = \text{Capital Principal} + \text{Capital Complementar} + \text{Nível III}$$

O capital nível I é considerado um capital de melhor qualidade, capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição, enquanto que o nível II corresponde ao capital com capacidade de absorção após constatada a inviabilidade da instituição.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 37 – Análise de vencimento de ativos e passivos**
**(a) Detalhamento dos ativos**

Ativos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31/12/2016
Disponibilidades e reservas no BACEN	130.422.377	19.621	-	-	-	130.441.998
Ativos financeiros ao valor justo	-	15.718.875	17.935.756	73.925.681	1.644.906	109.225.218
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	15.718.232	17.545.715	73.437.550	1.644.906	108.346.403
Derivativos	-	643	390.041	488.131	-	878.815
Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras	-	154.893.799	17.468.868	865.799	-	173.228.466
Empréstimos e recebíveis com clientes	-	62.390.497	110.425.578	544.728.097	(22.323.168)	695.221.004
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	-	28.111.790	-	28.111.790
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.576.581	-	561.203	14.049.903	-	23.187.687
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	1.624.711	8.584.625	39.282.258	-	49.491.594
Investimentos em coligadas e empresas controlados em conjunto	4.968.774	-	-	-	-	4.968.774
Ativo intangível	3.484.859	-	-	-	-	3.484.859
Ativo imobilizado	3.419.634	-	-	-	-	3.419.634
Outros ativos	-	-	10.525.369	-	-	10.525.369
Ativos não correntes mantidos para venda	5.077.316	-	-	-	-	5.077.316
Ativo fiscal diferido	-	-	-	27.597.648	-	27.597.648
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	-	-	-	2.263.920	-	2.263.920
<b>Total de ativos</b>	<b>155.949.541</b>	<b>234.647.503</b>	<b>165.501.399</b>	<b>730.825.096</b>	<b>(20.678.262)</b>	<b>1.266.245.277</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31/12/2015 (Nota 2.20)
Disponibilidades e reservas no BACEN	117.627.144	19.846	-	-	-	117.646.990
<b>Ativos financeiros ao valor justo</b>	<b>15.128</b>	<b>15.583.402</b>	<b>24.414.526</b>	<b>66.372.059</b>	<b>(3.763.684)</b>	<b>102.621.431</b>
Ativos financeiros mantidos para negociação	15.128	15.210.203	24.042.018	62.976.645	(3.763.684)	98.480.310
Derivativos	-	373.199	372.508	3.395.414	-	4.141.121
<b>Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras</b>	<b>-</b>	<b>151.077.784</b>	<b>16.121.985</b>	<b>530.574</b>	<b>-</b>	<b>167.730.343</b>
<b>Empréstimos e recebíveis com clientes</b>	<b>-</b>	<b>59.261.259</b>	<b>113.658.462</b>	<b>509.808.390</b>	<b>(22.160.677)</b>	<b>660.567.434</b>
<b>Outros empréstimos e recebíveis</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.162.028</b>	<b>-</b>	<b>26.162.028</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>9.027.514</b>	<b>211.529</b>	<b>773.647</b>	<b>8.232.979</b>	<b>(2.757.137)</b>	<b>15.488.532</b>
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>5.058.014</b>	<b>20.174.428</b>	<b>38.979.764</b>	<b>-</b>	<b>64.212.206</b>
Investimentos em coligadas e empresas controlados em conjunto	4.848.388	-	-	-	-	4.848.388
Ativo intangível	3.247.540	-	-	-	-	3.247.540
Ativo imobilizado	3.864.762	-	-	-	-	3.864.762
Outros ativos	-	-	9.672.867	-	-	9.672.867
Ativos não correntes mantidos para venda	2.520.608	-	-	-	-	2.520.608
Ativo fiscal diferido	-	-	-	27.555.349	-	27.555.349
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	-	-	-	4.237.554	-	4.237.554
<b>Total de ativos</b>	<b>141.151.084</b>	<b>231.211.834</b>	<b>184.815.915</b>	<b>681.878.697</b>	<b>(28.681.498)</b>	<b>1.210.376.032</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Detalhamento dos passivos**

Passivos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016
<b>Depósitos de instituições financeiras</b>	<b>22.272</b>	<b>151.949</b>	<b>163.453</b>	<b>292.877</b>	<b>630.551</b>
<b>Depósitos de clientes</b>	<b>375.045.679</b>	<b>5.639.198</b>	<b>22.092.791</b>	<b>108.782.292</b>	<b>511.559.960</b>
Depósitos à vista	31.860.582	-	-	-	31.860.582
Depósitos de poupança	252.403.109	-	-	-	252.403.109
Depósitos a prazo	74.175.046	5.639.198	22.092.791	108.782.292	210.689.327
Depósitos especiais	16.606.897	-	-	-	16.606.897
Outros	45	-	-	-	45
<b>Recursos para destinação específica</b>	<b>-</b>	<b>878.597</b>	<b>28.455.072</b>	<b>-</b>	<b>29.333.669</b>
Obrigações de operações com loterias	-	878.597	-	-	878.597
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	25.712.252	-	25.712.252
Obrigações por fundos de financiamento e de desenvolvimento	-	-	1.783.353	-	1.783.353
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	959.467	-	959.467
<b>Derivativos</b>	<b>-</b>	<b>14.098</b>	<b>236.291</b>	<b>822.422</b>	<b>1.072.811</b>
<b>Empréstimos de títulos e operações compromissadas</b>	<b>-</b>	<b>150.680.825</b>	<b>-</b>	<b>8.747.172</b>	<b>159.427.997</b>
<b>Instrumentos de dívida</b>	<b>-</b>	<b>24.127.421</b>	<b>25.959.788</b>	<b>104.467.454</b>	<b>154.554.663</b>
Recursos de letras	-	24.127.421	25.499.554	91.286.308	140.913.283
Remuneração de IHCD a pagar	-	-	460.234	-	460.234
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	13.181.146	13.181.146
<b>Obrigação por empréstimos e repasses</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>244.446.167</b>	<b>244.446.167</b>
<b>Provisões para fundos de pensão e obrigações similares</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.025.771</b>	<b>22.816.081</b>	<b>25.841.852</b>
<b>Provisões para causas judiciais</b>	<b>7.716.977</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.716.977</b>
Provisão para riscos fiscais	150.938	-	-	-	150.938
Provisão para contingências cíveis	3.298.765	-	-	-	3.298.765
Provisão para contingências trabalhistas	4.267.274	-	-	-	4.267.274
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>339.542</b>	<b>339.542</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.030.899</b>	<b>41.030.899</b>
<b>Dívidas subordinadas elegíveis a capital</b>	<b>28.541.405</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.541.405</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>411.326.333</b>	<b>181.492.088</b>	<b>79.933.166</b>	<b>531.744.906</b>	<b>1.204.496.493</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2015 (Nota 2.20)
<b>Depósitos de instituições financeiras</b>	<b>36.620</b>	<b>1.813.107</b>	<b>240.152</b>	<b>373.368</b>	<b>2.463.247</b>
<b>Depósitos de clientes</b>	<b>346.335.242</b>	<b>6.518.604</b>	<b>13.181.207</b>	<b>87.161.142</b>	<b>453.196.195</b>
Depósitos à vista	27.377.970	-	-	-	27.377.970
Depósitos de poupança	242.359.933	-	-	-	242.359.933
Depósitos a prazo	62.057.328	6.518.604	13.181.207	87.161.142	168.918.281
Depósitos especiais	14.540.011	-	-	-	14.540.011
<b>Recursos para destinação específica</b>	<b>-</b>	<b>1.407.542</b>	<b>26.403.460</b>	<b>-</b>	<b>27.811.002</b>
Obrigações de operações com loterias	-	1.407.542	-	-	1.407.542
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	24.210.736	-	24.210.736
Obrigações por fundos de financiamento e de desenvolvimento	-	-	1.509.771	-	1.509.771
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	682.953	-	682.953
<b>Derivativos</b>	<b>-</b>	<b>1.130</b>	<b>844</b>	<b>155.808</b>	<b>157.782</b>
<b>Empréstimos de títulos e operações compromissadas</b>	<b>-</b>	<b>194.261.221</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>194.261.221</b>
<b>Instrumentos de dívida</b>	<b>-</b>	<b>21.483.759</b>	<b>71.384.144</b>	<b>77.891.571</b>	<b>170.759.474</b>
Recursos de letras	-	21.483.759	70.015.030	62.188.627	153.687.416
Remuneração de IHCD a pagar	-	-	1.369.114	-	1.369.114
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	15.702.944	15.702.944
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>222.078.908</b>	<b>222.078.908</b>
<b>Provisões para fundos de pensão e obrigações similares</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.020.357</b>	<b>15.744.858</b>	<b>18.765.215</b>
<b>Provisões para causas judiciais</b>	<b>7.058.374</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.058.374</b>
Provisão para riscos fiscais	167.351	-	-	-	167.351
Provisão para contingências cíveis	3.030.517	-	-	-	3.030.517
Provisão para contingências trabalhistas	3.860.506	-	-	-	3.860.506
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>423.880</b>	<b>423.880</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.392.076</b>	<b>31.392.076</b>
<b>Dívidas subordinadas elegíveis a capital</b>	<b>24.118.920</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.118.920</b>
<b>Total de Passivos (Nota</b>	<b>377.549.156</b>	<b>225.485.363</b>	<b>114.230.164</b>	<b>435.221.611</b>	<b>1.152.486.294</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (c) Análise de vencimentos (líquida)

## Em 2016:

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31 de dezembro
Total de ativos	155.949.541	234.647.503	165.501.399	730.825.096	(20.678.262)	1.266.245.277
Total de passivos	411.326.333	181.492.088	79.933.166	531.744.906	-	1.204.496.493
<b>Líquido (ativo – passivo)</b>	<b>(255.376.792)</b>	<b>53.155.415</b>	<b>85.568.233</b>	<b>199.080.190</b>	<b>(20.678.262)</b>	<b>61.748.784</b>

## Em 2015:

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31 de dezembro
Total de ativos (Nota 2.20)	141.151.084	231.211.834	184.815.915	681.878.697	(28.681.498)	1.210.376.032
Total de passivos (Nota 2.20)	377.549.156	225.485.363	114.230.164	435.221.611	-	1.152.486.294
<b>Líquido (ativo – passivo)</b>	<b>(236.398.072)</b>	<b>5.726.471</b>	<b>70.585.751</b>	<b>246.657.086</b>	<b>(28.681.498)</b>	<b>57.889.738</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Detalhamento dos títulos e valores mobiliários

## (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Em 2016:

Descrição	Sem vencimento				Custo	Valor de mercado
		01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>	-	<b>15.715.826</b>	<b>17.682.207</b>	<b>74.948.370</b>	<b>106.701.497</b>	<b>108.346.403</b>
<b>Títulos públicos Brasil</b>	-	15.715.826	17.682.207	74.288.058	106.060.869	107.686.091
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	7.573.730	7.589.399	7.573.730
Letras do tesouro nacional	-	5.824.291	17.682.207	65.553.289	87.425.613	89.059.787
Notas do tesouro nacional	-	9.891.535	-	1.161.039	11.045.857	11.052.574
<b>Títulos privados</b>	-	-	-	660.312	640.628	660.312
Debêntures	-	-	-	659.855	640.191	659.855
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	457	437	457
<b>Derivativos (ativo)</b>	-	<b>643</b>	<b>390.041</b>	<b>488.131</b>	<b>878.815</b>	<b>878.815</b>
<b>Derivativos (passivo)</b>	-	<b>14.098</b>	<b>236.291</b>	<b>822.422</b>	<b>1.072.811</b>	<b>1.072.811</b>
<b>TVM e derivativos (ativo)</b>	-	<b>15.716.469</b>	<b>18.072.248</b>	<b>75.436.501</b>	<b>107.580.312</b>	<b>109.225.218</b>
<b>TVM e derivativos (passivo)</b>	-	<b>14.098</b>	<b>236.291</b>	<b>822.422</b>	<b>1.072.811</b>	<b>1.072.811</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Em 2015:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>	<b>15.128</b>	<b>15.207.208</b>	<b>23.809.820</b>	<b>59.448.154</b>	<b>103.225.746</b>	<b>98.480.310</b>
<b>Títulos públicos Brasil</b>	-	<b>15.207.208</b>	<b>23.809.820</b>	<b>58.640.295</b>	<b>102.237.348</b>	<b>97.657.323</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	3.475.650	338.741	3.475.650
Letras do tesouro nacional	-	15.207.208	23.809.820	46.888.394	99.292.197	85.905.422
Notas do tesouro nacional	-	-	-	8.276.251	2.606.410	8.276.251
<b>Títulos privados</b>	<b>15.128</b>	-	-	<b>807.859</b>	<b>988.398</b>	<b>822.987</b>
Debêntures	-	-	-	806.756	967.040	806.756
Cotas de fundos	15.128	-	-	-	19.596	15.128
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.103	1.762	1.103
<b>Derivativos (ativo)</b>	-	<b>373.199</b>	<b>372.508</b>	<b>3.395.414</b>	<b>4.141.121</b>	<b>4.141.121</b>
<b>Derivativos (passivo)</b>	-	<b>1.130</b>	<b>844</b>	<b>155.808</b>	<b>157.782</b>	<b>157.782</b>
<b>TVM e derivativos (ativo)</b>	<b>15.128</b>	<b>15.580.407</b>	<b>24.182.328</b>	<b>62.843.568</b>	<b>107.366.867</b>	<b>102.621.431</b>
<b>TVM e derivativos (passivo)</b>	-	<b>1.130</b>	<b>844</b>	<b>155.808</b>	<b>157.782</b>	<b>157.782</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda****Em 2016:**

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos Brasil</b>	-	-	-	<b>5.286.757</b>	<b>5.336.555</b>	<b>5.286.757</b>
Letras financeira do tesouro	-	-	-	4.954.720	4.955.167	4.954.720
Notas do tesouro nacional	-	-	-	38.149	35.473	38.149
Títulos CVS	-	-	-	293.888	345.915	293.888
<b>Títulos privados</b>	<b>8.576.581</b>	-	<b>561.203</b>	<b>8.763.146</b>	<b>18.735.430</b>	<b>17.900.930</b>
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	-	-	55.572	-	-	55.572
Ações	7.775.742	-	-	-	8.032.279	7.775.742
Debêntures	-	-	500.491	7.469.084	8.578.654	7.969.575
Nota promissória	-	-	5.140	-	5.097	5.140
Cotas de fundos	800.839	-	-	-	800.839	800.839
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.294.062	1.318.561	1.294.062
<b>Total</b>	<b>8.576.581</b>	-	<b>561.203</b>	<b>14.049.903</b>	<b>24.071.985</b>	<b>23.187.687</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Em 2015:**

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos Brasil</b>	-	-	-	<b>368.300</b>	<b>446.563</b>	<b>368.300</b>
Notas do tesouro nacional	-	-	-	86.264	84.311	86.264
Títulos CVS	-	-	-	282.036	362.252	282.036
<b>Títulos Privados</b>	<b>6.471.966</b>	<b>212.022</b>	<b>786.168</b>	<b>7.650.076</b>	<b>17.799.108</b>	<b>15.120.232</b>
Letras de crédito imobiliário	-	-	82.873	-	82.755	82.873
Letras financeiras	-	-	93.848	48.668	142.286	142.516
Ações	5.954.981	-	-	-	8.510.529	5.954.981
Debêntures	-	-	8.676	6.760.636	6.816.024	6.769.312
Nota promissória	-	212.022	600.771	-	800.112	812.793
Cotas de fundos	516.985	-	-	-	516.985	516.985
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	840.772	930.417	840.772
<b>Total</b>	<b>6.471.966</b>	<b>212.022</b>	<b>786.168</b>	<b>8.018.376</b>	<b>18.245.671</b>	<b>15.488.532</b>

**(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**
**Em 2016:**

Ativos mantidos até o vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos Brasil</b>	<b>1.624.711</b>	<b>8.584.625</b>	<b>37.007.086</b>	<b>47.216.422</b>	<b>48.530.232</b>
Letras do tesouro nacional	249.908	-	10.580.577	10.830.485	10.886.760
Notas do tesouro nacional	1.374.803	8.584.625	26.426.509	36.385.937	37.643.472
<b>Títulos privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.275.172</b>	<b>2.275.172</b>	<b>2.355.985</b>
Debêntures	-	-	141.134	141.134	4.749
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	2.134.038	2.134.038	2.351.236
<b>Total</b>	<b>1.624.711</b>	<b>8.584.625</b>	<b>39.282.258</b>	<b>49.491.594</b>	<b>50.886.217</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Em 2015:

Ativos mantidos até o vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos Brasil</b>	<b>5.058.014</b>	<b>20.174.428</b>	<b>38.908.083</b>	<b>64.140.525</b>	<b>60.311.350</b>
Letras do tesouro nacional	5.058.012	20.174.428	4.456.120	29.688.560	29.339.432
Notas do tesouro nacional	2	-	34.451.963	34.451.965	30.971.918
<b>Títulos privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.681</b>	<b>71.681</b>	<b>57.460</b>
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	71.681	71.681	57.460
<b>Total</b>	<b>5.058.014</b>	<b>20.174.428</b>	<b>38.979.764</b>	<b>64.212.206</b>	<b>60.368.810</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 38 – Partes relacionadas****(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**(b) Partes Relacionadas**

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
União (1)	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade Participações S.A. (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (3)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Elo Serviços S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

- (1) Inclui os fundos e programas sociais e as entidades sob controle comum da União.
- (2) As transações realizadas com essa entidade são eliminações quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que essa entidade é integrante do consolidado.
- (3) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

**(c) Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

Com a Capgemini, a Caixa mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.

A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
<b>ATIVO:</b>	<b>1.976.502</b>	<b>32.566.753</b>	<b>2.386.583</b>	<b>2.697.966</b>	<b>26.703.295</b>	<b>-</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.386.583	-	-	-
Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras	-	11.229.180	-	-	9.691.758	-
Empréstimos e recebíveis com clientes	1.855.488	18.765.329	-	2.585.748	15.498.920	-
Adiantamentos Concedidos	114.701	-	-	105.907	-	-
Outros ativos	6.313	2.572.244	-	6.311	1.512.617	-
<b>PASSIVO:</b>	<b>37.024.943</b>	<b>1.360.099</b>	<b>9.040.659</b>	<b>37.204.591</b>	<b>1.158.220</b>	<b>1.630</b>
Depósitos à vista	347.121	24.699	703	244.556	718	1.630
Empréstimos e repasses no país	34.536.310	-	-	35.286.937	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais	305.014	-	-	118.650	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	-	-	1.509.771	-	-
Outros Passivos	53.145	1.335.400	9.039.956	44.677	1.157.502	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

Receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstradas considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	Exercício 2016			Exercício 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
<b>RECEITAS:</b>	<b>185.153</b>	<b>2.387.653</b>	<b>94.936</b>	<b>207.336</b>	<b>1.465.294</b>	<b>-</b>
Receita líquida com juros	104.846	1.507.318	-	88.390	920.796	-
Receita líquida com taxas e comissões	80.307	494.992	-	118.946	544.498	-
Outras receitas operacionais	-	385.343	94.936	-	-	-
<b>DESPESAS:</b>	<b>(4.906)</b>	<b>(1.488.914)</b>	<b>(1.144.648)</b>	<b>(4.423)</b>	<b>(1.011.661)</b>	<b>(876.501)</b>
Despesas administrativas - pessoal	-	-	(854.971)	-	-	(827.492)
Despesas administrativas - aluguéis	-	-	(67.738)	-	-	(49.009)
Ganhos e perdas com negociação de ativos e passivos financeiros	-	(710.184)	(221.939)	-	(810.771)	-
Outras despesas operacionais	(4.906)	(778.730)	-	(4.423)	(200.890)	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Benefícios de curto prazo	<b>40.133</b>	<b>34.720</b>
Proventos	29.666	26.058
Encargos Sociais	10.467	8.662

Descrição	31/12/2016 (valores em R\$)		31/12/2015 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.196	42.903	53.266	36.901
Salário médio	45.346	8.925	42.982	8.101
Menor salário	41.867	2.624	39.685	2.429
Benefícios	5.835	2.983	4.747	2.404

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

**Nota 39 – Outras informações****(a) Ativos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA**

Descrição	31/12/2016 (1)	31/12/2015
FGTS	502.029.048	457.608.647
PIS	31.476.213	30.454.289
FAR	43.439.305	40.942.599
FCVS	12.754.057	11.970.782
FDS	2.528.756	2.191.802
FGCN	52.102	4.370.720
FGHAB	1.801.570	1.793.750
FGS	1.313.593	799.085
Outros	28.457	29.730
<b>Total</b>	<b>595.423.101</b>	<b>550.161.404</b>

(1) Posição de 30/11/2016

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de ações	15.048.884	20.014.080
Fundos de investimento financeiro	186.996.963	164.863.145
Fundos de investimento em cotas - FIC (1)	115.387.486	98.186.360
<b>Total</b>	<b>317.433.333</b>	<b>283.063.585</b>

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking AMBIMA.

**(c) Garantias prestadas a terceiros**

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2015 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

**(d) FGTS**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 8.323.

**(e) FIES**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 231.663 (31/12/2015 – R\$ 217.539).

**Nota 40 – Eventos subsequentes****Plano de desligamento voluntário de empregados**

A CAIXA tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de aumentar sua eficiência operacional, enfrentando os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Dentro deste contexto, foi implementado um Plano de desligamento voluntário aos empregados que possuam maior tempo de trabalho na CAIXA.

O prazo para adesão ao Plano se encerrou em 24/02/2017 e 4.429 empregados efetivaram desligamento da CAIXA. O total de despesas com o pagamento do incentivo financeiro do Plano correspondente a R\$ 560.174.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gilberto Magalhães Occhi  
Presidente

Antônio Carlos Ferreira  
Vice-presidente

Arno Meyer  
Vice-presidente

Fabio Lenza  
Vice-presidente

Jose Antonio Eirado Neto  
Vice-presidente

Jose Henrique Marques da Cruz  
Vice-presidente

Marcelo Campos Prata  
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto  
Vice-presidente

Nelson Antonio de Souza  
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza  
Vice-presidente

Roberto Barros Barreto  
Vice-presidente em exercício  
Portaria nº 1.150/2017

Marcos Brasiliano Rosa  
Superintendente Nacional  
Contador CRC 022351/O-1-DF